



# 11<sup>a</sup>

## CONFERÊNCIA

# MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E INTERVENÇÃO SOCIAL

## *Livro de Resumos*

11.ª Conferência Internacional de Mediação Intercultural e Intervenção Social

**Territórios, Municípios, Redes e Parcerias:  
Mediação Intercultural e Intervenção Social**



*Ricardo Vieira  
José Carlos Marques  
Pedro Silva  
Ana Maria Vieira  
Cristóvão Margarido  
Rui Matos  
Rui Santos*

**ORGS.**

**11.ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MEDIAÇÃO INTERCULTURAL  
E INTERVENÇÃO SOCIAL**

**Territórios, Municípios, Redes e Parcerias:  
Mediação Intercultural e Intervenção Social**

Leiria, 23 e 24 de novembro de 2023

**LIVRO DE RESUMOS**

**Título:** Livro de Resumos – 11.ª Conferência Internacional de Mediação Intercultural e Intervenção Social – Territórios, Municípios, Redes e Parcerias: Mediação Intercultural e Intervenção Social

**Organizadores:** Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido, Rui Matos, Rui Santos

**Revisão e edição de texto:** Ana Arqueiro

**Capa:** João Pinheiro

**Edição:** ESECS.IPL e CICS.NOVA.IPLeiria

**ISBN:** 978-989-35497-0-4

**DOI:** <https://doi.org/10.25766/s1sh-2671>

Novembro de 2023

Os resumos incluídos neste livro foram objeto de avaliação científica.

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e pela ESECS.IPLeiria.



Centro Interdisciplinar  
de Ciências Sociais  
CICS.NOVA.IPLeiria



**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia



## Comissão Organizadora

**Presidente** | Rui Santos, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

### Membros

Ana Maria Vieira, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal  
Carla Valadas, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Carlos Rabadão, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Cezarina Maurício, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Cristiana Madureira, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Cristóvão Margarido, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal  
Emanuel Margarido, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Fernando Magalhães, Instituto Politécnico de Leiria e CRIA, Portugal  
José Marques, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal  
José Trindade, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Luciano de Almeida, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Márcio Oliveira, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Maria Inês Pinto, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Marlene Sousa, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal  
Patrícia Simões, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Pedro Silva, Instituto Politécnico de Leiria, CIIE-UPorto e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal  
Ricardo Pocinho, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal  
Ricardo Vieira, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal  
Tânia Santos, Instituto Politécnico de Leiria, CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal  
Vanessa Póvoa, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

### Apoio Executivo

Ana Arqueiro, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Adelaide Ferreira, Gab. de Relações Públicas e Cooperação Internacional, ESECS.IPL, Portugal  
Rui Silva, Apoio Informático, ESECS.IPL, Portugal

Ana Marreiros, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Ana Raquel Seca, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Andreia Pereira, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Aurora Santos, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Beatriz Carreira, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Beatriz Freitas, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Beatriz Ramos, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Beatriz Vicente, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Carlota Ribeiro, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Carolina Gomes Reis, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Catarina Ribeiro, Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, ESECS.IPL, Portugal  
Débora Melim, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Eva Dias, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Helena Ascensão, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Inês Cardoso, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Inês Correia, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Inês Ferreira, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Inês Galvão, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Inês Gomes, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal

Inês Nunes, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Inês Nunes, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Joana Ribeiro, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Joana Tavares, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
José Napoleão, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Lara Leal, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Laura Cardoso, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Luana Santos, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Márcia Justino, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Maria Ferreira, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Maria Helena Ferreira, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Maria Gandro, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Maria Zacarias, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Mariana Lago, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Mariana Silva, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Marianne Baptista, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Marisa Domingues Dionísio, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Miriam Cunha, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Mónica Fernando, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Raquel Coelho, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Sara Simão Maria, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Susana Silva, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal  
Tatiana Bernardo, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPL, Portugal  
Verónica Nogueira, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPL, Portugal

## Comissão Científica

### Presidente

Ricardo Vieira, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

### Membros

Abílio Amiguinho, Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal  
Amélia Lopes, Universidade do Porto, Portugal  
Américo Peres, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal  
Ana Camões, Instituto de Estudos Superiores de Fafe, Portugal  
Ana Maria Vieira, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Ángela Janer Hidalgo, Universitat de les Illes Balears, Espanha  
Angel de Juanas Oliva, UNED, Espanha  
Ariana Cosme, Universidade do Porto, Portugal  
Carla Valadas, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Carlos Alberto da Silva, Universidade de Évora, Portugal  
Célia Sousa, Instituto Politécnico de Leiria, CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal  
Cláudia Luísa, Universidade do Algarve, Portugal  
Cristiana Madureira, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Cristóvão Margarido, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Dália Costa, Universidade de Lisboa, Portugal  
Eduardo S. Vila Merino, Universidad de Málaga, Espanha  
Encarnación Bas Peña, Universidade de Múrcia, Espanha  
Esperança do Rosário Jales Ribeiro, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal  
Evangelina Bonifácio, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal  
Fernando Bessa Ribeiro, Universidade do Minho, Portugal  
Fernando Diogo, Universidade dos Açores, Portugal  
Fernando Curto Vitas, Pedagogo Social, Espanha  
Fernando Magalhães, Instituto Politécnico de Leiria e CRIA, Portugal  
Filipa Coelho, Instituto Superior de Ciências Educativas, Portugal  
Francisco Del Pozo Serrano, UNED, Espanha  
Helena Serra, Universidade Nova de Lisboa e CICS.NOVA, Portugal  
Isabel Baptista, Universidade Católica do Porto, Portugal  
Itahisa Pérez Pérez, Universidad de la Laguna, Espanha  
Jenny Gil Sousa, Instituto Politécnico de Leiria, CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal  
Joana Brinca, Universidade de Coimbra, Portugal  
João Ruivo, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Portugal  
José António Caride Gómez, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha  
José Carlos Marques, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
José González Monteagudo, Universidade de Sevilha, Espanha  
José Luis Rodríguez Díez, Universidad Pablo de Olavide, Espanha  
José Maria Trindade, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
José Ortega Esteban, Universidade de Salamanca, Espanha  
Jesús Vilar Martín, Universidad Ramón Llull, Espanha  
Leonor Teixeira, Instituto Politécnico de Santarém, Portugal  
Luís Alcoforado, Universidade de Coimbra, Portugal  
Luísa Pimentel, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Manuel Sarmiento, Universidade do Minho, Portugal  
Márcio Oliveira, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Maria Belén Pascual Barrio, Universitat de les Illes Balears, Espanha  
Maria Graça Poças Santos, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

Maria Helena Mesquita, Instituto Politécnico de Castelo Branco, CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal  
Maria Inês Pinto, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Mário Barata, Instituto Politécnico de Leiria, IJC, Portugal  
María Victoria Pérez de Guzmán Puya, Universidad Pablo de Olavide e SIPS  
Marlene Sousa, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal  
Miguel Bento, Instituto Politécnico de Beja, CESSDL, Portugal  
Miguel Prata Gomes, ESE Paula Frassinetti, Portugal  
Montserrat Vargas Vergara, Universidad de Cádiz, Espanha  
Neusa Gusmão, Universidade de Campinas, Brasil  
Karla Villaseñor Palma, Benémerita Universidad Autónoma de Puebla, México  
Paloma Valdivia, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha  
Paulo Delgado, Instituto Politécnico do Porto, Portugal  
Pedro Silva, Instituto Politécnico de Leiria, CIIE-UPorto e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal  
Pilar Rodrigo Moriche, Universidad Autónoma de Madrid, Espanha  
Omar García Pérez, Universidad de Oviedo, Espanha  
Ricardo Pocinho, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Rita Gradaille Pernas, Universidad Santiago de Compostela, Espanha  
Roberto Moreno López, Universidad Castilla-La Mancha, Espanha  
Rosa María Santibañez Gruber, Universidad de Deusto, Espanha  
Rosa Novo, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal  
Rosario Limón Mendizábal, Universidad Complutense de Madrid, Espanha  
Rui Matos, Instituto Politécnico de Leiria e CIEQV, Portugal  
Rui Santos, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal  
Rui Trindade, Universidade do Porto, Portugal  
Sandra Antunes, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal  
Sara Mónico Lopes, Instituto Politécnico de Leiria, CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal  
Susana Faria, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Tânia Santos, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Xosé Manuel Cid, Universidade de Vigo, Espanha  
Xavier Úcar Martínez, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha

## ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	8
PROGRAMA	10
RESUMOS	18
<b>Territórios Municipais e Mediação Comunitária</b>	19
11MIIS-11180 Poder local e revisão constitucional: a questão das Áreas Metropolitanas	20
11MIIS-14401 O papel da mediação intercultural como resposta transformadora em territórios municipais	21
11MIIS-18943 Las relaciones en el plantel escolar y la mediación comunitaria	22
11MIIS-28328 Memórias d’Aldeia – cocriação comunitária do Museu de Ferreiros de Tendais	23
11MIIS-29930 O dar e o receber – diferentes perceções do apoio social	24
11MIIS-31435 Brincar na rua, brincar na escola: o encontro entre adultos e crianças	25
11MIIS-38935 Mediações e relações de vizinhança num espaço urbano em transformação: o Coletivo Estuário em Cacilhas, Almada	26
11MIIS-43839 Inclusão... como percorrer este caminho? Passo a passo!!!	27
11MIIS-50947 The social dimension of coastal erosion: the cases of Espinho/Paramos and Cova do Vapor/Fonte da Telha	28
11MIIS-53936 Educação, comunidade e território: uma perspetiva integrada no contexto da animação sociocultural	29
11MIIS-63259 A mediação comunitária nas Eurocidades: oportunidades e desafios	30
11MIIS-63276 A animação comunitária na (re)construção da participação e da cidadania, rumo à transformação social: uma reflexão a partir de projetos comunitários	31
11MIIS-76120 Os desafios do trabalho social na luta por moradias nos territórios periféricos da cidade de São Paulo	32
11MIIS-78250 A migração internacional em tempos de mundialização do capital: o território nacional brasileiro e a (des)proteção social	33
11MIIS-89367 Mediação municipal e intercultural: o que nos dizem os técnicos?	34
<b>Ação Social, Redes, Parcerias e Desenvolvimento Comunitário</b>	35
11MIIS-11584 Crianças em risco e/ou perigo: participação, dinâmicas e responsabilização das comunidades locais na sua proteção	36
11MIIS-44775 A multiculturalidade no contexto de saúde: um olhar sobre o papel da mediação intercultural nas práticas de intervenção e gestão de conflitos a este nível	37



11MIIS-24142	As famílias de crianças com implante coclear: conhecer para intervir	38
11MIIS-29587	O papel das redes de parcerias na territorialização das políticas de igualdade: avanços e resistências aos Planos Municipais para a Igualdade	39
11MIIS-33530	Os nós do acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo: equacionando a mediação nos processos de autonomização	40
11MIIS-58170	Interculturalidade, educação/formação e trabalho: a desconstrução político-educativa do Programa Qualifica	41
11MIIS-34389	Uma análise ao funcionamento interno das redes locais de governação em contextos centralizados: um admirável mundo novo?	42
11MIIS-18952	Política de combate à violência doméstica em Portugal: desafios da sua implementação em municípios urbanos e rurais	43
11MIIS-39755	O Serviço Social e a transferência de competências em matéria de ação social. Um estudo de caso sobre os protocolos do Rendimento Social de Inserção	44
11MIIS-46801	A mediação intercultural na promoção para a saúde: estudo de caso da comunidade cigana do concelho de Águeda	45
11MIIS-47326	Os serviços partilhados como estratégia de trabalho em rede nas organizações sociais	46
11MIIS-49191	Estratégias de redes e parcerias para o desenvolvimento sustentável nos municípios do sul catarinense	47
11MIIS-61589	Centro Fora do Armário?: uma análise às necessidades e desafios da integração de pessoas LGBTI+ na região Centro de Portugal	48
11MIIS-58755	Deficiência e escolaridade obrigatória – e depois?	49
11MIIS-55833	Dialógicas territoriais em Educação de Segunda Oportunidade: o caso do concelho de Vila Nova de Gaia	50
11MIIS-71632	Voz do aluno	51
11MIIS-73068	Comunicação e mediação intercultural como elementos na coesão social em comunidades culturalmente diversas: um estudo de caso de um jornal comunitário	52
11MIIS-76307	A voz silenciada de pessoas refugiadas: o processo de acolhimento e integração de um jovem afegão	53
11MIIS-85442	A importância social e educativa dos CATL dos Açores – perspetivas dos profissionais	54
11MIIS-85883	O papel do Serviço Social nas dinâmicas de reconfiguração das políticas sociais: a territorialização das políticas sociais como um caminho para a cidadania ativa	55
11MIIS-86092	A importância do trabalho em rede para a garantia de direitos da população migrante em territórios fronteiriços	56
11MIIS-86692	Desenvolvendo corpos e mentes saudáveis: um programa de Educação Física para alunos do 1.º Ciclo	57
11MIIS-87565	O método etnográfico e a intervenção social	58
11MIIS-87771	Partilha de experiências no acolhimento de migrantes em contexto escolar: o contributo da Educação Social	59
	<b>Territorialização das Políticas Educativas: o caso dos TEIP</b>	60
11MIIS-22433	Las políticas culturales municipales en Galicia. Análisis del perfil profesional en relación a los usos de sus tiempos	61

11MIIS-36872 Os educadores sociais em contexto escolar no distrito de Leiria: do mapeamento ao <i>modus operandi</i>	62
11MIIS-47034 Municípios e escolas: competências sem competição no território local?	63
11MIIS-80514 Políticas culturales en la administración municipal gallega. Realidades socioeducativas y perfiles profesionales	64
<b>Redes no Ensino Superior</b>	65
11MIIS-23735 Ensino superior e desenvolvimento como liberdade: uma análise a partir do constructo teórico de Amartya Sen	66
11MIIS-63461 Doutoramentos nos Institutos Politécnicos ou doutoramentos conjuntos com investigadores de Institutos Politécnicos e de Universidades? A construção de um doutoramento internacional em rede	67
11MIIS-72274 Quem e porquê escolhe ingressar na licenciatura em Educação Social – análise da realidade em dois Institutos Politécnicos	68

## NOTA INTRODUTÓRIA

Na 11.ª Conferência Internacional de Mediação Intercultural e Intervenção Social, a Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria e o CICS.NOVA.IPLeiria convidam mediadores interculturais, educadores, profissionais da intervenção comunitária, investigadores, cientistas sociais, assistentes sociais, educadores sociais, animadores e outros interventores sociais a debater o tema “Territórios, Municípios, Redes e Parcerias”.

A mediação intercultural na intervenção social parte de uma escuta ativa e almeja uma prática dialogante entre os principais atores comunitários, sejam eles autarquias, associações de desenvolvimento local, escolas, IPSS, serviços de saúde, entre outros, valorizando um trabalho comunitário *com o outro*, ao invés de uma intervenção comunitária apenas *para o outro*, promovendo, assim, uma parceria genuína e participativa na construção de comunidades económica e socialmente inclusivas, promotoras da diversidade, sustentáveis e de justiça social. Este compromisso com a mediação intercultural assenta numa estratégia de envolvimento comunitário orientado para a capacidade de transformar os cidadãos em agentes de mudança.

Esta conferência procurará refletir sobre a complexidade de redes e parcerias, desenvolvidas dentro de territórios, de municípios, que criam espaços de verdadeira convivência, ao invés de coexistência, que sejam facilitadores de iniciativas locais, promotoras de *empowerment* e acessibilidade a processos de participação comunitária, influenciando, assim, as políticas sociais a nível local, regional ou nacional.

O tema da conferência – “Territórios, Municípios, Redes e Parcerias: Mediação Intercultural e Intervenção Social” – abre-se à participação de um vasto conjunto de profissionais e investigadores e à discussão de experiências de trabalho (investigações, projetos, outras iniciativas) e de organização em rede. Potencialidades, sinergias, mas também dificuldades e até insucessos, bem como processos de mediação comunitária/intercultural, serão debatidos em quatro mesas temáticas (para além das comunicações livres), durante os dias 23 e 24 de novembro de 2023, duas em cada dia:

- Territórios Municipais e Mediação Comunitária;
- Ação Social, Redes, Parcerias e Desenvolvimento Comunitário;
- Territorialização das Políticas Educativas: o caso dos TEIP;
- Redes no Ensino Superior.

Para além das comunicações livres, que serão apresentadas *online* e presencialmente, em 10 sessões paralelas, o evento contará com duas conferências de abertura: “Participação, Redes e Desenvolvimento Comunitário”, por Rogério Roque Amaro (Professor Associado do ISCTE, no Departamento de Economia), e “Instituto Politécnico de Leiria: A 'Universidade para a Região' de Leiria e Oeste”, por Agostinho da Silva (Coordenador da EM@IPLeiria)”; e uma conferência intitulada “Redes e Coesão Territorial”, que será proferida por Ana Abrunhosa, Ministra da Coesão Territorial.

No segundo dia da conferência, 24 de novembro, serão, ainda, apresentados dois livros: *Teoria e Prática da Pedagogia Social, da Mediação Intercultural e da Intervenção Social*, organizado por Ricardo Vieira, Victoria Pérez de Guzmán, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido, Rui Matos e Rui Santos; e *O Regresso de Emigrantes no Portugal Contemporâneo*, organizado por José Carlos Marques e Pedro Góis.

O Livro de Atas, em formato *e-book*, integrando os textos completos dos 46 resumos que aqui se apresentam, será publicado durante o ano de 2024.

# **PROGRAMA**

## PROGRAMA

Quinta-feira, 23 de novembro de 2023		
8:30-9:00	Receção e entrega de pastas	
09:00-10:00	<b>Sessão de Abertura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gonçalo Lopes (Presidente da Câmara Municipal de Leiria)</li> <li>- Carlos Rabadão (Presidente do Instituto Politécnico de Leiria)</li> <li>- Pedro Morouço (Diretor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais)</li> <li>- Cristóvão Margarido (Coordenador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, polo do IPLeiria)</li> <li>- Ricardo Vieira (Presidente da Comissão Científica da Conferência)</li> <li>- Rui Santos (Presidente da Comissão Organizadora da Conferência)</li> </ul>
10:00-11:00	<b>Conferências de Abertura</b>	<p><b>Participação, Redes e Desenvolvimento Comunitário</b> Rogério Roque Amaro (Professor Associado do ISCTE, Departamento de Economia)</p> <p><b>Instituto Politécnico de Leiria: A 'Universidade para a Região' de Leiria e Oeste</b> Agostinho da Silva (Coordenador da EM@IPLeiria)</p> <p style="text-align: right;"><b>Moderador:</b> Ricardo Vieira (ESECS.IPL e CICS.NOVA.IPLeiria)</p>
11:00-11:15	Pausa	
11:15 - 13:00	<b>Mesa-Redonda</b>	<p><b>Territórios Municipais e Mediação Comunitária</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sónia Paixão (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Loures)</li> <li>- Ramiro Gonçalves (Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega - CIMAT)</li> <li>- Xosé Manuel Cid (Universidade de Vigo)</li> <li>- Ana Filipa Soledade (Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde - Câmara Municipal de Leiria)</li> </ul> <p style="text-align: right;"><b>Moderador:</b> Nelson Araújo (Câmara Municipal de Loures)</p>
13:00-14:15	Almoço	
14:15 - 16:00	<b>Mesa-Redonda</b>	<p><b>Ação Social, Redes, Parcerias e Desenvolvimento Comunitário</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alexandra Neves (Coordenadora da Região Centro do Portugal Inovação Social)</li> <li>- Miguel Bento (Instituto Politécnico de Beja)</li> <li>- Filipe Daniel Martins (Universidade Católica Portuguesa)</li> </ul> <p style="text-align: right;"><b>Moderador:</b> André Carmo (CICS.NOVA.UÉvora)</p>
16:00-16:30	Pausa	

<p>16:30-18:00</p> <p><b>Comunicações Livres A</b></p>	<p>Auditório 2 e online</p>	<p><b>SESSÃO A1</b>  <b>Territórios Municipais e Mediação Comunitária</b></p> <p style="text-align: right;"><b>Moderador:</b> Adélio Amaro (CEPAE - Centro do Património da Estremadura)</p> <p><b>11MIIS-11180</b> - <i>Poder local e revisão constitucional: a questão das Áreas Metropolitanas</i>  Mário Simões Barata (Instituto Politécnico de Leiria)</p> <p><b>11MIIS-14401</b> - <i>O papel da mediação intercultural como resposta transformadora em territórios municipais</i>  Ana Rita Fonseca (Mestrado em MIIS - ESECS.IPLeiria)  Rui Duarte Santos (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)  Ana Filipa Soledade (Câmara Municipal de Leiria)</p> <p><b>11MIIS-18943</b> - <i>Las relaciones en el plantel escolar y la mediación comunitaria</i>  Rosa María Padilla Díaz (Escuela de Educación Básica. SEGEY.Zona:93 y Universidad Pedagógica Nacional)</p> <p><b>11MIIS-28328</b> - <i>Memórias d'Aldeia - cocriação comunitária do Museu de Ferreiros de Tendais</i>  Joana Correia Faria (Mestrado em MIIS - ESECS.IPLeiria)  Rui Duarte Santos (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)</p> <p><b>11MIIS-29930</b> - <i>O dar e o receber – diferentes perceções do apoio social</i>  Márcio Oliveira (Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais)  Tânia Santos (Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais)  Marlene Sousa (Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais)</p> <p><b>11MIIS-31435</b> - <i>Brincar na rua, brincar na escola: o encontro entre adultos e crianças</i>  Rafaela Fernandes Trugilho (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ)</p> <p><b>11MIIS-38935</b> - <i>Mediações e relações de vizinhança num espaço urbano em transformação: o Coletivo Estuário em Cacilhas, Almada</i>  Patrícia Pereira (CICS.NOVA, Instituto Politécnico de Leiria/ESECS)</p>
	<p>Sala B 0.34 e online</p>	<p><b>SESSÃO A2</b>  <b>Redes no Ensino Superior</b></p> <p style="text-align: right;"><b>Moderador:</b> Marlene Sousa (ESECS.IPL e CICS.NOVA.IPLeiria)</p> <p><b>11MIIS-23735</b> - <i>Ensino superior e desenvolvimento como liberdade: uma análise a partir do constructo teórico de Amartya Sen</i>  Pricila Cardoso Borba (Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL)  Sibeli Cardoso Borba Machado (Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL)  Nei Antonio Nunes (Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL)  Jacir Leonir Casagrande (Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL)</p> <p><b>11MIIS-63461</b> - <i>Doutoramentos nos Institutos Politécnicos ou doutoramentos conjuntos com investigadores de Institutos Politécnicos e de Universidades? A construção de um doutoramento internacional em rede</i>  Ricardo Vieira (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)  José Carlos Marques (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)  Pedro Silva (ESECS.IPLeiria, CIIE-UPorto e CICS.NOVA.IPLeiria)  Ana Maria Vieira (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)  Cristóvão Margarido (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)  Fernando Magalhães (ESECS.IPLeiria e CRIA)</p> <p><b>11MIIS-72274</b> - <i>Quem e porquê escolhe ingressar na licenciatura em Educação Social – análise da realidade em dois Institutos Politécnicos</i>  Evangelina Bonifácio (Instituto Politécnico de Bragança)  Maria Lopes de Azevedo (Instituto Politécnico de Portalegre)  Cristiana Pizarro Madureira (Instituto Politécnico de Leiria)</p>

<p>16:30-18:00</p> <p><b>Comunicações Livres A</b></p>	<p>Auditório 1 e online</p>	<p><b>SESSÃO A3</b>  <b>Ação Social, Redes, Parcerias e Desenvolvimento Comunitário</b></p> <p style="text-align: right;"><b>Moderadora:</b> Cezarina Maurício (ESECS.IPL)</p> <p><b>11MIIS-11584</b> - <i>Crianças em risco e/ou perigo: participação, dinâmicas e responsabilização das comunidades locais na sua proteção</i>  Manuel Menezes (ISMT; ICNOVA)</p> <p><b>11MIIS-44775</b> - <i>A multiculturalidade no contexto de saúde: um olhar sobre o papel da mediação intercultural nas práticas de intervenção e gestão de conflitos a este nível</i>  Julietta Vaz (Universidade de Coimbra)</p> <p><b>11MIIS-24142</b> - <i>As famílias de crianças com implante coclear: conhecer para intervir</i>  Helena Gabriela Fiúsa Alves (CHUC)  Marisa Alves (CHUC)  Maria Inês Lameiras Crisóstomo Pinheiro Pinto Lagarto (IPL - ESECS)</p> <p><b>11MIIS-29587</b> - <i>O papel das redes de parcerias na territorialização das políticas de igualdade: avanços e resistências aos Planos Municipais para a Igualdade</i>  Inês Martins Simões (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)  Rosa Monteiro (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais da Universidade Coimbra)</p> <p><b>11MIIS-33530</b> - <i>Os nós do acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo: equacionando a mediação nos processos de autonomização</i>  Luísa Pimentel (ESECS.IPLLeiria)  Marina Goulart da Silva (ESECS.IPLLeiria)</p> <p><b>11MIIS-58170</b> - <i>Interculturalidade, educação/formação e trabalho: a desconstrução político-educativa do Programa Qualifica</i>  Miguel Correia (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Univ. do Porto)</p>
	<p>Sala B 1.40 e online</p>	<p><b>SESSÃO A4</b>  <b>Ação Social, Redes, Parcerias e Desenvolvimento Comunitário</b></p> <p style="text-align: right;"><b>Moderadora:</b> Carla Valadas (ESECS.IPL)</p> <p><b>11MIIS-34389</b> - <i>Uma análise ao funcionamento interno das redes locais de governação em contextos centralizados: um admirável mundo novo?</i>  Luís Filipe Oliveira Mota (Politécnico de Leiria)  Patrícia Silva (Universidade de Aveiro)</p> <p><b>11MIIS-18952</b> - <i>Política de combate à violência doméstica em Portugal: desafios da sua implementação em municípios urbanos e rurais</i>  Luís Filipe Oliveira Mota (Politécnico de Leiria)  Lorena Villa (Universidade de Aveiro)</p> <p><b>11MIIS-39755</b> - <i>O Serviço Social e a transferência de competências em matéria de ação social. Um estudo de caso sobre os protocolos do Rendimento Social de Inserção</i>  Gonçalo Mota (Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, CI&amp;DEI, Instituto Politécnico de Viseu)</p> <p><b>11MIIS-46801</b> - <i>A mediação intercultural na promoção para a saúde: estudo de caso da comunidade cigana do concelho de Águeda</i>  Mónica Estima Gameiro (Mestrado em MIIS - ESECS.IPLLeiria)  Rui Duarte Santos (ESECS.IPLLeiria e CICS.NOVA.IPLLeiria)</p> <p><b>11MIIS-47326</b> - <i>Os serviços partilhados como estratégia de trabalho em rede nas organizações sociais</i>  Cristóvão Margarido (CICS.NOVA.IPLLeiria e ESECS.IPLLeiria)  Nelson Costa (Diocese de Leiria/Fátima)</p>



	Sala B 1.40 e online	<p><b>11MIIS-49191</b> - <i>Estratégias de redes e parcerias para o desenvolvimento sustentável nos municípios do sul catarinense</i> Sibeli Cardoso Borba Machado (Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL) Ivone Junges (Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL)</p> <p><b>11MIIS-61589</b> - <i>Centro Fora do Armário?: uma análise às necessidades e desafios da integração de pessoas LGBTI+ na região Centro de Portugal</i> Luís Filipe Oliveira Mota (Politécnico de Leiria)</p>
16:30-18:00 <b>Comunicações Livres A</b>	Sala B 1.36 e online	<p><b>SESSÃO A5</b> <b>Territorialização das Políticas Educativas: o caso dos TEIP</b> <b>Moderadora:</b> Cristiana Madureira (ESECS.IPL)</p> <p><b>11MIIS-22433</b> - <i>Las políticas culturales municipales en Galicia. Análisis del perfil profesional en relación a los usos de sus tiempos</i> Julio Esparís Pereiro (Universidade de Santiago de Compostela) Rita Gradaílle Pernas (Universidade de Santiago de Compostela)</p> <p><b>11MIIS-36872</b> - <i>Os educadores sociais em contexto escolar no distrito de Leiria: do mapeamento ao modus operandi</i> Patrícia Simões (ESECS.IPLLeiria) Susana Batista (NOVA FCSH, CICS.NOVA)</p> <p><b>11MIIS-47034</b> - <i>Municípios e escolas: competências sem competição no território local?</i> Raquel Sofia Barbosa Vieira Barreto Ribeiro (Universidade de Aveiro) António Augusto Neto Mendes (Universidade de Aveiro)</p> <p><b>11MIIS-80514</b> - <i>Políticas culturales en la administración municipal gallega. Realidades socioeducativas y perfiles profesionales</i> Julio Esparís Pereiro (Universidade de Santiago de Compostela) Rita Gradaílle Pernas (Universidade de Santiago de Compostela)</p>
20:00-23:00	Jantar da Conferência	

**Sexta-feira, 24 de novembro de 2023**

<p align="center">9:00-10:00</p> <p align="center"><b>Comunicações Livres B</b></p>	<p align="center">Auditório 2 e online</p>	<p><b>SESSÃO B1</b> <b>Territórios Municipais e Mediação Comunitária</b></p> <p align="right"><b>Moderador:</b> Ricardo Pocinho (ESECS.IPL e CICS.NOVA.IPLeiria)</p> <p><b>11MIIS-43839</b> - <i>Inclusão... como percorrer este caminho? Passo a passo!!!</i> Diana Filipa Custódio Silvério (Município da Nazaré - Agrupamento de Escolas da Nazaré)</p> <p><b>11MIIS-50947</b> - <i>The social dimension of coastal erosion: the cases of Espinho/Paramos and Cova do Vapor/Fonte da Telha</i> Isabel Duarte de Almeida (ISCTE-IUL)</p> <p><b>11MIIS-53936</b> - <i>Educação, comunidade e território: uma perspetiva integrada no contexto da animação sociocultural</i> Albino Luís Nunes Viveiros (AIASC - Associação Insular de Animação Sociocultural)</p> <p><b>11MIIS-63259</b> - <i>A mediação comunitária nas Eurocidades: oportunidades e desafios</i> Cristiana Madureira (ESECS.IPLeiria) Carla Valadas (ESECS.IPLeiria)</p>
	<p align="center">Auditório 1 e online</p>	<p><b>SESSÃO B2</b> <b>Territórios Municipais e Mediação Comunitária</b></p> <p align="right"><b>Moderador:</b> Márcio Oliveira (ESECS.IPL)</p> <p><b>11MIIS-63276</b> - <i>A animação comunitária na (re)construção da participação e da cidadania, rumo à transformação social: uma reflexão a partir de projetos comunitários</i> Jenny Gil Sousa (ESECS - Instituto Politécnico de Leiria)</p> <p><b>11MIIS-76120</b> - <i>Os desafios do trabalho social na luta por moradias nos territórios periféricos da cidade de São Paulo</i> Alex Fabiano de Toledo (IPV - Escola de Tecnologia e Gestão de Lamego) Ivaloo George Gusmão (PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)</p> <p><b>11MIIS-78250</b> - <i>A migração internacional em tempos de mundialização do capital: o território nacional brasileiro e a (des)proteção social</i> Joiceni Moreira Giaretta (UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná) Diuslene Rodrigues da Silva (UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná)</p> <p><b>11MIIS-89367</b> - <i>Mediação municipal e intercultural: o que nos dizem os técnicos?</i> Rosa Novo (Instituto Politécnico de Bragança) Carla Pedroso de Lima (Instituto Politécnico de Bragança) Ana Prada (Centro de Investigação em Educação Básica, Instituto Politécnico de Bragança)</p>
	<p align="center">Sala B 1.36 e online</p>	<p><b>SESSÃO B3</b> <b>Ação Social, Redes, Parcerias e Desenvolvimento Comunitário</b></p> <p align="right"><b>Moderador:</b> José Trindade (ESECS.IPL)</p> <p><b>11MIIS-58755</b> - <i>Deficiência e escolaridade obrigatória – e depois?</i> Gracinda Mateus (Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente / ESECS)</p> <p><b>11MIIS-55833</b> - <i>Dialógicas territoriais em Educação de Segunda Oportunidade: o caso do concelho de Vila Nova de Gaia</i> Joana Vieira (Ministério da Educação/IDIS) Hugo Caseira (Ministério da Educação/IDIS) Filipa Costa (Ministério da Educação/IDIS) Helena Coutinho (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia) Daniela Campos (IDIS) Marco Barbosa (IDIS)</p> <p><b>11MIIS-71632</b> - <i>Voz do aluno</i> Tânia Francisco (Agrupamento de Escolas da Nazaré)</p>

	<p>Sala A 1.9 e online</p>	<p><b>SESSÃO B4</b> <b>Ação Social, Redes, Parcerias e Desenvolvimento Comunitário</b></p> <p style="text-align: right;"><b>Moderadora:</b> Tânia Silva (ESECS.IPL)</p> <p><b>11MIIS-73068</b> - <i>Comunicação e mediação intercultural como elementos na coesão social em comunidades culturalmente diversas: um estudo de caso de um jornal comunitário</i> João Miguel Silvestre Mendes (Instituto Politécnico de Leiria) Catarina Maria Nogueira Marques da Cruz Menezes (Instituto Politécnico de Leiria) Maria João Sousa Pinto dos Santos (Instituto Politécnico de Leiria)</p> <p><b>11MIIS-76307</b> - <i>A voz silenciada de pessoas refugiadas: o processo de acolhimento e integração de um jovem afegão</i> Joana Vaz Ferreira (FPCEUC) Sónia Mairos Ferreira (FPCEUC) Ana Bertão (ESSE - IPP)</p> <p><b>11MIIS-85442</b> - <i>A importância social e educativa dos CATL dos Açores – perspetivas dos profissionais</i> Francisco José Rodrigues de Sousa (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, polo da Universidade dos Açores - CICS.NOVA.UAc) Margarida da Silva Damião de Serpa (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, polo da Universidade dos Açores - CICS.NOVA.UAc) Ana Isabel Matias Diogo (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, polo da Universidade dos Açores - CICS.NOVA.UAc) Ana Cristina Pires Palos (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, polo da Universidade dos Açores - CICS.NOVA.UAc)</p> <p><b>11MIIS-85883</b> - <i>O papel do Serviço Social nas dinâmicas de reconfiguração das políticas sociais: a territorialização das políticas sociais como um caminho para a cidadania ativa</i> Cláudia Maria Serpa Garcia (ISCTE - IUL)</p>
<p>9:00-10:00</p> <p><b>Comunicações Livres B</b></p>	<p>Sala A 1.8 e online</p>	<p><b>SESSÃO B5</b> <b>Ação Social, Redes, Parcerias e Desenvolvimento Comunitário</b></p> <p style="text-align: right;"><b>Moderadora:</b> Susana Faria (ESECS.IPL e CI&amp;DEI-IPLLeiria)</p> <p><b>11MIIS-86092</b> - <i>A importância do trabalho em rede para a garantia de direitos da população migrante em territórios fronteiriços</i> Alex Fabiano de Toledo (IPV - Escola de Tecnologia e Gestão de Lamego) Ineiva Terezinha Kreutz (UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná)</p> <p><b>11MIIS-86692</b> - <i>Desenvolvendo corpos e mentes saudáveis: um programa de Educação Física para alunos do 1.º Ciclo</i> Luís Filipe Rodrigues Rosa (Agrupamento de Escolas da Nazaré)</p> <p><b>11MIIS-87565</b> - <i>O método etnográfico e a intervenção social</i> Ângelo Abrunhosa (Politécnico de Leiria) Antónia Abrunhosa (Sociedade Portuguesa de Enfermagem de Saúde Familiar)</p> <p><b>11MIIS-87771</b> - <i>Partilha de experiências no acolhimento de migrantes em contexto escolar: o contributo da Educação Social</i> Dário Filipe Gomes (Universidade de Vigo) Cátia Magalhães (Escola Superior de Educação de Viseu) Ana Cabral (Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa) Deibe Fernández Simo (Universidade de Vigo)</p>

10:15 - 11:00	<b>Conferência</b>	<p><b>Redes e Coesão Territorial</b> Ana Abrunhosa (Ministra da Coesão Territorial)</p> <p style="text-align: right;"><b>Moderador:</b> Cristóvão Margarido (ESECS.IPL e CICS.NOVA.IPLeiria)</p>
11:00-11:15	Pausa	
11:15 - 12:30	<b>Mesa-Redonda</b>	<p><b>Territorialização das Políticas Educativas: o caso dos TEIP</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Jorge Edgar e Patrícia Oliveira (Agrupamento de Escolas dos Marrazes)</li> <li>- Cesário Silva (Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente)</li> <li>- Daniela Lebre (Agrupamento de Escolas n.º 1 de Beja)</li> </ul> <p style="text-align: right;"><b>Moderadora:</b> Ana Vieira (ESECS.IPL e CICS.NOVA.IPLeiria)</p>
12:30 - 13:00	<b>Lançamento de livros</b>	<p><b>“Teoria e Prática da Pedagogia Social, da Mediação Intercultural e da Intervenção Social”</b></p> <p style="text-align: right;"><b>Apresentação:</b> Patrícia Pereira (CICS.NOVA.IPLeiria)</p> <p><b>“O Regresso de Emigrantes no Portugal Contemporâneo”</b></p> <p style="text-align: right;"><b>Apresentação:</b> Pedro Góis (CES - Universidade de Coimbra)</p>
13:00-14:30	Almoço	
14:30 - 16:30	<b>Mesa-Redonda</b>	<p><b>Redes no Ensino Superior</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- “Ensino Superior e Desenvolvimento” - José Ferreira Gomes (Ex-Secretário de Estado do Ensino Superior e Reitor da Universidade da Maia)</li> <li>- “Avaliação e Qualidade do Ensino Superior, como garante de uma rede de instituições e de cursos de excelência” - João Guerreiro (Presidente da A3ES e Ex-Reitor da Universidade do Algarve)</li> <li>- “O RJIES – Autonomia e Governança das Instituições Públicas de Ensino Superior” - Maria José Fernandes (Presidente do CCISP, Presidente do IPCA)</li> <li>- “RJIES - Uma visão sobre a sua aplicação e contributos para uma revisão fundamentada” - João Mineiro (Antropólogo e Sociólogo, CRIA-ISCTE; autor do livro <i>Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (2007-2022) - Contributos para uma revisão fundamentada</i>)</li> </ul> <p style="text-align: right;"><b>Moderador:</b> Carlos Rabadão (Presidente do Instituto Politécnico de Leiria)</p>
16:30-17:00	Pausa	
17:00 - 18:00	<b>Sessão de Encerramento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- João Sobrinho Teixeira (Ex-Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior [XXI Governo Constitucional]; Ex-Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos [CCISP], de 2009 a 2013)</li> <li>- Carlos Rabadão (Presidente do Instituto Politécnico de Leiria)</li> <li>- Ricardo Vieira (Presidente da Comissão Científica da Conferência)</li> <li>- Rui Santos (Presidente da Comissão Organizadora da Conferência)</li> </ul>

# RESUMOS

## **Territórios Municipais e Mediação Comunitária**

**11MIIS-11180**

## **Poder local e revisão constitucional: a questão das Áreas Metropolitanas**

Mário Simões Barata (Instituto Politécnico de Leiria)

Em outubro de 2022 o Partido CHEGA apresentou um projeto para a alterar a Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976, despoletando o décimo-segundo processo de revisão constitucional. Na sequência dessa apresentação, sete partidos políticos apresentaram os seus projetos nos 30 dias seguintes conforme estabelece o Artigo 285.º/2 da lei fundamental.

Esta comunicação pretende analisar as propostas ora apresentadas em sede do poder local, ou seja, as propostas que dizem respeito aos artigos 235.º a 265.º da Constituição, com especial destaque para o artigo 236.º da lei fundamental que versa sobre as categorias de autarquias locais e divisão administrativa.

Em termos gerais, os projetos apresentados não tratam a matéria do poder local. Na verdade, existem apenas oito propostas de alteração que dizem respeito ao Título VIII da Constituição e metade daquelas diz respeito às regiões administrativas (Artigos 255.º e 256.º). Em concreto, constatamos que existem quatro propostas atinentes aos primeiros três capítulos do título em análise: uma da autoria do PSD relativamente ao Artigo 236.º e três da autoria do PCP que versam: o Artigo 239.º (Órgãos deliberativos e executivos); o Artigo 242.º (tutela administrativa); o Artigo 252.º (Câmara Municipal).

Contudo, o nosso trabalho focará a proposta do PSD que pretende alterar o número 3 do artigo 236.º da CRP. A norma constitucional estabelece que “nas grandes áreas urbanas e nas ilhas, a lei poderá estabelecer, de acordo com as suas condições específicas, outras formas de organização territorial autárquica. O PSD considera que a norma em vigor é restritiva e propõe a seguinte redação: “A lei pode estabelecer, de acordo com as suas condições específicas, formas de organização territorial autárquica de nível intermunicipal”.

Em suma, a presente comunicação visa analisar a proposta de alteração do Artigo 236.º, n.º 3, da lei fundamental, designadamente os méritos de estender a fórmula das áreas metropolitanas a todo o território nacional.

### **Palavras-chave:**

Revisão Constitucional; Poder Local; Municípios; Áreas Metropolitanas

**11MIIS-14401**

## **O papel da mediação intercultural como resposta transformadora em territórios municipais**

Ana Rita Fonseca (Mestrado em MIIS - ESECS.IPLeiria)

Rui Duarte Santos (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)

Ana Filipa Soledade (Câmara Municipal de Leiria)

O presente trabalho representa o culminar de um estágio de observação participante na Câmara Municipal de Leiria, na Divisão do Desenvolvimento Social e da Saúde, no âmbito da realização do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social da ESECS - IPLeiria.

A presente análise visa refletir sobre a intervenção social nos municípios, no que concerne às ações e estratégias implementadas pelas autoridades locais e organizações que, por sua vez, promovem o desenvolvimento comunitário e visam melhorar a qualidade de vida dos residentes numa determinada área geográfica. Neste sentido, e utilizando uma metodologia de investigação-ação, para este trabalho foram analisadas as seguintes atividades: o projeto com vista à integração da comunidade cigana – “Mediar para Incluir”; a colaboração no processo de integração de agregados deslocados da Ucrânia; a colaboração no projeto de investigação científica no domínio da Mediação Social Comunitária na Educação para a Saúde – “Estudo LiSa”.

Os resultados sugerem que é fundamental o trabalho dos mediadores interculturais, para que atuem como facilitadores na construção de pontes, enquanto desempenham o papel de educadores sobre direitos e responsabilidades, quer no caso dos cidadãos deslocados da Ucrânia, quer em relação à comunidade cigana e comunidade em geral, com o objetivo de apoiar o processo de acolhimento, integração e inclusão. No contexto do processo de educação para a saúde, foi também importante ter em conta indicadores-chave que desempenham um papel crucial na tomada de decisões informadas, promovendo, assim, o *empowerment* individual.

### **Palavras-chave:**

Mediação Intercultural; Intervenção Social; Ação Social; Territórios Municipais



**11MIIS-18943**

## **Las relaciones en el plantel escolar y la mediación comunitaria**

Rosa María Padilla Díaz (Escuela de Educación Básica. SEGEY.Zona:93 y Universidad Pedagógica Nacional)

### *Introducción*

En ese andar de las relaciones entre los diferentes grupos, observamos momentos de desestructuración, descontextualización y recontextualización (Cucho, 2003), que muchas veces se da, porque se tergiversan las comunicaciones por envidia y celos, preocupados muchas veces por la vorágine social que nos arrastra en paralelo con la globalización.

### *Contexto*

Las formas de relacionarnos con compañeros de la escuela tienen que ver con las historias de cada sujeto que integra un grupo: familiar, educación recibida, lados emocionales, idiosincrasia, cuestión cultural, lugar de origen y otros.

Esas relaciones muchas veces benefician el trabajo docente, y otras no. Se considera que mientras más se relacionen las personas, mejoran las estrategias de trabajo y las aportaciones de conocimientos entre pares, equipo de docentes y directivo. Aunque durante estos momentos llamados cambios sociales, no todo es como se quisiera. Estamos así conectados, pero a la vez desconectados por diversas circunstancias (Canclini 2004).

### *Objetivo*

Comprender que las relaciones, como parte de lo social, pueden dar paso a mejores oportunidades en el ámbito laboral a través de la intervención comunitaria.

### *Intervención Comunitaria*

Todo cambio social tiene lugar realmente cuando existe una discontinuidad el respecto de lo existente hasta el momento, cuando los valores o creencias llevan a los sujetos a atribuir un nuevo significado, sentido o valor a las relaciones que difieren respecto del pasado. Con ello se introducen nuevas formas de relación (Donati 2006).

- Tomando acuerdos juntos, talleres de inclusión social (Vieira y Araújo, N., 2018)
- Organización escolar
- Reflexionar sobre los beneficios para el alumnado

### *Avances*

Esta experiencia se encuentra en proceso, he tenido las primeras impresiones con los docentes de la comunidad, quienes entienden el problema en su gran mayoría. Hay disposición de cambio, con seguridad la intervención intercultural y comunitaria traerá grandes resultados a beneficio de los sujetos que convivimos en la institución.

### **Palavras-chave:**

Relaciones Sociales; Intervención y Mediación

**11MIIS-28328**

**Memórias d’Aldeia – cocriação comunitária do Museu de Ferreiros de Tendais**

Joana Correia Faria (Mestrado em MIIS - ESECS.IPLeiria)  
Rui Duarte Santos (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)

Este projeto nasce do convite para participar no desenvolvimento do Museu de Ferreiros de Tendais, sediado em Ferreiros (Cinfães, Viseu), de parte da Associação para o Desenvolvimento e Cultura de Ferreiros de Tendais (ADCFT) à Associação Casa d’Abóbora – Associação Juvenil e no âmbito da realização do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social da ESECS - IPLeiria.

A proposta de investigação/ação visa criar uma ponte de forma a aprofundar os temas da colaboração e mediação comunitária através da criação de uma estrutura colaborativa. Na freguesia de Ferreiros de Tendais, atualmente com um decréscimo de população de aproximadamente 20% em dez anos, a necessidade de preservação do património e das memórias do lugar torna-se essencial. Dessa forma, o presente projeto procura, através de entrevistas e questionários apresentados aos habitantes da freguesia de Ferreiros de Tendais, uma forma de estes darem o seu contributo para o museu da sua freguesia, através de partilha sobre que artefactos e informações deveriam estar no museu de forma que este seja representativo. Para além da questão de cocriação do museu em conjunto aos fregueses, foi cedido apoio à ADCFT na catalogação, estrutura de museu, *branding* e proposta de novos projetos futuros, como o apoio na elaboração de um livro da linguagem popular local.

Neste trabalho, oferece-se uma apresentação do contexto do enquadramento do projeto, apresentação de resultados das ferramentas para a colaboração dos fregueses, bem como atividades já desenvolvidas e uma apresentação das restantes que estão planeadas para a pós-abertura do museu. A metodologia utilizada descreve-se como qualitativa, participativa, colaborativa, transformativa e flexível, de forma que o *feedback* dos participantes adapte o caminho do projeto através dum formato de investigação-ação.

**Palavras-chave:**

Mediação Intercultural; Participação Comunitária; Museu; Cultura

**11MIIS-29930**

## **O dar e o receber – diferentes percepções do apoio social**

Márcio Oliveira (Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais)

Tânia Santos (Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais)

Marlene Sousa (Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais)

O presente estudo visa aferir a existência de diferenças na percepção de apoio social recebido e proporcionado, no contexto de uma rede social em Portugal, e contemplou a aplicação de duas vagas de questionários a diferentes públicos: beneficiários de uma resposta social e técnicos de instituições de solidariedade social.

Foi possível apurar que os beneficiários da resposta social em estudo percebem um baixo nível de apoio social recebido, que os técnicos e as instituições percebem um elevado nível de apoio social proporcionado e que esta diferença de percepção de apoio reflete-se em todas as dimensões de apoio analisadas. Conclui-se ainda que o actual cenário justifica que a Rede Social repense estratégias e formas de atuação que vão ao encontro das reais expectativas dos utentes, nomeadamente que se incrementem estratégias de mediação entre as partes envolvidas, por forma a que possa haver um maior alinhamento de expectativas quanto ao apoio a dar e a receber, em contextos de vulnerabilidade e carência social.

Recomenda-se que, em futuros estudos a este respeito, possam ser incluídas mais variáveis que traduzam a realidade específica do espaço e do tempo em que o mesmo é realizado e que contemplem uma metodologia de investigação qualitativa. Neste aspeto, será importante que passem a ser considerados os dados constantes nos Censos 2021.

O presente estudo incentiva à reflexão por parte dos executores ou decisores responsáveis pela implementação das políticas locais de apoio social, tendo em vista um maior alinhamento com as expectativas dos beneficiários, assim como de um contributo para o aperfeiçoamento do funcionamento das Redes Sociais, através de estratégias de mediação.

### **Palavras-chave:**

Rede Social; Apoio Social; Pobreza; Mediação

**11MIIS-31435**

**Brincar na rua, brincar na escola: o encontro entre adultos e crianças**

Rafaela Fernandes Trugilho (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ)

A presente comunicação busca articular os resultados da dissertação defendida pela autora e sua prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em uma escola privada. O contexto brasileiro revela uma série de particularidades, de acordo com a diversidade de regiões do país e também dentro do mesmo município, de modo que cada território apresenta sua própria forma de inventar a vida, cuidar da infância e possibilitar brincadeiras. Neste trabalho, busca-se aproximar a experiência narrada por adultos moradores de uma favela no Complexo do Alemão, bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, com a experiência de crianças estudantes de uma escola privada na Zona Sul da mesma cidade, a partir do olhar de sua professora. Tais observações e narrativas permitem lançar luz sobre os limites e possibilidades do brincar na escola e na rua, bem como sobre a experiência de cuidado e educação evidenciada por essas duas vivências tão distintas. Os campos da Sociologia da Infância, Filosofia e Antropologia são as lentes que auxiliam a conhecer e compreender o que contam os adultos sobre sua experiência com o brincar na rua, e sobre como estes interagem com as crianças em espaços institucionais. Entre outros achados, busca-se destacar o papel da relação entre adultos e crianças enquanto experiência educativa, evidenciada das mais diversas formas, tendo a brincadeira como fio condutor.

**Palavras-chave:**

Brincadeira; Crianças; Adultos

**11MIIS-38935**

**Mediações e relações de vizinhança num espaço urbano em transformação: o Coletivo Estuário em Cacilhas, Almada**

Patrícia Pereira (CICS.NOVA, Instituto Politécnico de Leiria/ESECS)

O Estuário Coletivo foi criado por um grupo de vizinhos numa zona de Cacilhas, um denso conjunto de ruas com edifícios de mais 10 pisos, a partir de um desejo e uma reivindicação: um parque infantil. Cinco anos após a sua concretização, o Coletivo continua a organizar, entre vizinhos, eventos e atividades, a partir de parcerias diversas. Numa rede social, o Coletivo define-se como uma “comunidade de vizinhos e amigos alinhados nos eixos da Arte, Educação e Ambiente”.

Cacilhas é uma antiga zona industrial e portuária da cidade de Almada, a curtos oito minutos de barco do centro histórico de Lisboa. A partir de um passado recente, associamos a zona a populações de classe média, trabalhando no sector dos serviços no centro de Lisboa, e a populações operárias das atividades industriais e navais. O pórtico da Lisnave, antigo estaleiro naval encerrado no ano 2000, é o seu símbolo.

Estudos recentes apontam para um processo de transformação urbana: reabilitação do espaço público, intensificação do turismo, aumento dos preços de venda e das rendas da habitação e comércio, chegada de novos residentes e *displacement* de residentes com baixas capacidades económicas. Uma das principais ruas comerciais sofreu um processo de reabilitação e foram aprovados pelo menos dois grandes projetos, que, a realizar-se, irão transformar profundamente os espaços públicos e aumentar o volume e o preço da habitação. Trata-se de uma zona diversa em várias dimensões, incluindo o ambiente construído, as características socioeconómicas e as nacionalidades da população.

Nesta comunicação, que integra um estudo etnográfico mais alargado sobre as transformações recentes na zona, procurarei dar conta do complexo processo de criação e consolidação do Coletivo, das suas relações com o território, do trabalho de construção de vizinhanças e das mediações, em vários sentidos, entre populações e atores da cultura do ambiente e da educação, públicos e privados, institucionais e informais.

**Palavras-chave:**

Vizinhança; Comunidade; Coletivo; Urbano

**11MIIS-43839**

**Inclusão... como percorrer este caminho? Passo a passo!!!**

Diana Filipa Custódio Silvério (Município da Nazaré - Agrupamento de Escolas da Nazaré)

Sou Técnica Superior de Serviço Social a exercer funções no Gabinete de Educação do Município da Nazaré, com um protocolo de cedência ao Agrupamento de Escolas da Nazaré integrando a EMAEI.

No desempenho da minha profissão, tenho tido a oportunidade de realizar ao nível da Inclusão, tendo uma participação ativa tanto no contexto escolar como na comunidade, acompanhando jovens portadores de deficiência na sua transição para a vida adulta, na continuidade do seu percurso escolar ou, ainda, na sua integração no mercado de trabalho.

É, portanto, urgente refletir. Será que podemos dizer que “todos” trabalhamos para a inclusão de jovens portadores de deficiência?

Quando falamos de Inclusão deveríamos pensar este conceito como se já fizesse parte dos nossos dias, como se todos tivéssemos a responsabilidade de “incluir”, como se as oportunidades já tivessem sido criadas e fosse apenas um seguir. Mas não...

Não é um caminho que se faça com esta naturalidade. Sempre que tentamos caminhar num sentido, são vários os obstáculos que vamos encontrando, havendo, contudo, pequenas vitórias, muito de vez em quando, que nos motivam a trabalhar em prol do nosso território.

Se, por um lado, temos por base uma legislação que nos impera a criação de igualdade de oportunidades, o que é facto é que, aquando a sua operacionalização, nem sempre conseguimos que todos os recursos estejam disponíveis para todo o trabalho/esforço necessário para qualquer que seja a participação destes jovens, nem sempre encontramos ou constituímos a melhor rede de parcerias, nem sempre a comunidade está disponível para estabelecer contacto com pessoas com deficiência. Mas, com um grande trabalho de sensibilização, de respeito, *empowerment*, de ter uma visão holística de cada situação, de cada agregado familiar, de cada comunidade, e conseguindo que cada um se coloque no lugar do outro, tudo se vai conseguindo, passo a passo!!!

**Palavras-chave:**

Inclusão; Jovens; Deficiência; Territórios

**11MIIS-50947**

**The social dimension of coastal erosion: the cases of Espinho/Paramos and Cova do Vapor/Fonte da Telha**

Isabel Duarte de Almeida (ISCTE-IUL)

Society's perception of coastal erosion and its risks is explored in this work. In line with the triple bottom line theory, we take an environmental, economic, and social approach. Two case studies with different socioeconomic and environmental characteristics are investigated using qualitative and quantitative methods. Non-social variables such as waterway safety zones and coastal characteristics, social variables relating to population, economic variables, and environmental factors were considered. Two areas in northern and central Portugal were studied, including the Costa de Caparica (between Cova do Vapor and Fonte da Telha beach) and Espinho (between Aguda and Paramos). This study provides an opportunity to discuss the lack of comprehensive knowledge of the social dimensions affected by this phenomenon. Previously, social desires and political decisions drove erosion risk mitigation, but a holistic approach must also consider cultural values, behaviour, demographics, and decision-making processes. Coastal communities' traditional knowledge and the availability of online information enrich public understanding of coastal phenomena and justify public involvement in coastal management. Many coastal communities, however, do not perceive erosion risks and rely on government-funded engineering structures to protect themselves. To illustrate the complexity of coastal resource management, this paper uses groynes, harbours, dredging, and offshore structures that influence coastal erosion. Several environmental, economic, and social variables play a role in this. This complexity can lead to conflicts, disputes over resources, negative impacts and scepticism towards coastal management strategies. Public participation is key to managing coastal risks sustainably. As a result of the findings, two empirical models have been developed to increase scientific knowledge. The first model conceptualizes coastal erosion social perception. The second, more complex model, was derived from empirical data regarding coastal erosion perceptions and vulnerability classifications. It provides a framework for assessing societal vulnerability in coastal erosion phenomena.

**Palavras-chave:**

Coastal Erosion; Sustainable Coastal Management; Coastal Communities; Societal Participation

**11MIIS-53936**

## **Educação, comunidade e território: uma perspectiva integrada no contexto da animação sociocultural**

Albino Luís Nunes Viveiros (AIASC - Associação Insular de Animação Sociocultural)

A educação desempenha um papel social formativo além do contexto formal, ou seja, atuar no quadro do desenvolvimento integral da pessoa implica considerar todas as modalidades educativas que são contributivas do fortalecimento da cidadania ativa das comunidades pela capacitação individual e coletiva. A educação global é patrocinadora de atores locais com forte consciência social crítica e imbuídos do sentido de participação nos processos de desenvolvimento comunitário.

Não é plausível pensar a educação na ausência de um território e da participação da comunidade local pelo recurso a organizações da sociedade civil, falamos de redes de parceria à qual podemos chamar de parceria educativo, redes de futuro nos âmbitos socioeducativo e cultural.

As práticas de desenvolvimento como as modalidades educativas são diversas, bem como os agentes educativos formais e não formais intervenientes num território concreto – o território educativo. Os animadores socioculturais são mediadores socioeducativos que intervêm nos contextos da educação formal e não formal, mediadores das culturas e planificadores de redes que suportam a tríade educação, território e comunidade. A animação sociocultural desempenha um papel sociopolítico no âmbito do desenvolvimento comunitário.

No âmbito da educação não formal emerge um parceiro social de excelência – o movimento associativo –, um lugar de educação democrática, de exercício da cidadania participativa e lugar de animação sociocultural. O associativismo desempenha uma função educativa relevante no contexto do desenvolvimento das comunidades, na gestão dos recursos comunitários e na sustentabilidade dos territórios.

### **Palavras-chave:**

Educação; Comunidade; Desenvolvimento Comunitário e Animação Sociocultural



**11MIIS-63259**

## **A mediação comunitária nas Eurocidades: oportunidades e desafios**

Cristiana Madureira (ESECS.IPLeiria)

Carla Valadas (ESECS.IPLeiria)

Numa altura em que grande parte da população mundial vive em cidades, estas ocupam um lugar central no modo como a vida em sociedade se (re)organiza. Tendo em conta a dimensão e complexidade dos desafios sociais, ecológicos, políticos, que se entrecruzam num tempo de incerteza, neste texto, analisamos as (novas) oportunidades e os desafios ligados a umas das parcerias criadas no âmbito da rede Eurocidades. O foco da nossa atenção é a Eurocidade Chaves-Verín, uma região transfronteiriça que engloba as cidades de Chaves, em Portugal, e Verín, em Espanha. Estas duas cidades estão situadas na fronteira entre os dois países e têm colaborado em múltiplos projetos de cooperação transfronteiriça ao longo dos anos. Pretendemos compreender o modo como é exercida a mediação comunitária na delimitação e implementação de iniciativas transfronteiriças e de instrumentos inovadores e promotores do desenvolvimento sustentável e inclusivo, numa região transfronteiriça europeia. Em termos metodológicos, a análise desenvolvida baseia-se em pesquisa documental e na realização de entrevistas junto de interlocutores privilegiados (e.g. membros dos governos local e regional, representantes de instituições da sociedade civil). De entre os contributos que resultam do estudo, destaca-se a ideia de que a mediação comunitária potencia a mudança social e de que o trabalho colaborativo e em rede é facilitado em territórios unidos sob a égide do projeto Eurocities. Outro dos contributos esperados prende-se com uma reflexão em torno do papel que este tipo de iniciativas, à escala da União Europeia, representa no que toca à (re)construção de uma “cidadania europeia”.

### **Palavras-chave:**

Eurocidades; Mediação Comunitária; Regiões Transfronteiriças

**11MIIS-63276**

**A animação comunitária na (re)construção da participação e da cidadania, rumo à transformação social: uma reflexão a partir de projetos comunitários**

Jenny Gil Sousa (ESECS - Instituto Politécnico de Leiria)

A promoção da coesão e da transformação social implica a construção de processos de cidadania e de compromisso social. Partindo desta inscrição teórico-conceitual, a animação comunitária emerge enquanto metodologia participativa de desenvolvimento pessoal e social, que possibilita a formação de cidadãos protagonistas do seu próprio desenvolvimento. Esta construção de sentido decorre das características que são intrínsecas à animação comunitária e do modo como estas influenciam as práticas socioculturais e comunitárias desenvolvidas no seu âmbito. Neste quadro, as coletividades salientam-se enquanto espaços de promoção da consciencialização, de exercício da cidadania participativa e de compromisso com a comunidade, com vista à concretização de interesses comuns, orientados para a mudança social num quadro de intervenção dos âmbitos social, cultural e educativo. Assim sendo, o presente trabalho pretende refletir em torno do papel da animação comunitária enquanto elemento potenciador de educação comunitária e de cidadania ativa, a partir da análise de experiências e práticas comunitárias que têm sido desenvolvidas em diversos territórios. As atividades e os projetos tomam corpo no âmbito de processos participativos, reconhecendo nos espaços comunitários locais contextos privilegiados de aprendizagem e desenvolvimento, sendo este entendido na sua ampla extensão. Procurar-se-á, portanto, a construção de pontes entre a teoria e a prática, tendo como foco a didática da participação, a partir de um conjunto de trabalhos de significativa relevância na promoção do desenvolvimento pessoal, social e comunitário, tal como preconizado pela animação comunitária.

**Palavras-chave:**

Animação Comunitária; Didática da Participação; Desenvolvimento Comunitário; Projetos Comunitários

**11MIIS-76120**

## **Os desafios do trabalho social na luta por moradias nos territórios periféricos da cidade de São Paulo**

Alex Fabiano de Toledo (IPV - Escola de Tecnologia e Gestão de Lamego)

Ivaloo George Gusmão (PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

O presente artigo procura observar os desafios presentes na atuação do trabalho social na organização coletiva das experiências políticas cotidianas de ocupações de terra, na periferia sul da cidade brasileira de São Paulo. Ampliar a participação popular e potencializar as formas de organização coletiva em experiências de ocupações de terra, que, mesmo acompanhadas por movimentos sociais de moradias, tornaram-se complexas diante do acirramento dos conflitos urbanos no contexto contemporâneo e demonstram intersecções importantes as reconfigurações da ação coletiva. A formação dos territórios periféricos da cidade de São Paulo é marcada pela ausência de equipamentos e serviços públicos. Para os movimentos sociais de moradia, é importante manter os moradores articulados e organizados para reivindicar serviços públicos e direitos sociais relacionados aos territórios. Entretanto, na atuação cotidiana das ocupações de terra, as relações políticas relacionadas ao conflito na luta pela terra e as intersecções com diferentes atores e grupos sociais, como organizações não governamentais, organizações de defesa de direitos, movimentos de moradia, igrejas de várias designações, empresas privadas de regularização fundiária e mesmo o crime organizado presentes no território, apontam para os desafios para o trabalho social e para a necessidade e importância de construção de iniciativas e ações cotidianas para a construção de redes e intersecções no território que contribuam para a intervenção social.

### **Palavras-chave:**

Território; Movimentos Sociais; Organização Coletiva; Intervenção Social

**11MIIS-78250**

**A migração internacional em tempos de mundialização do capital: o território nacional brasileiro e a (des)proteção social**

Joceni Moreira Giaretta (UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

Diuslene Rodrigues da Silva (UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

A compreensão da categoria Trabalho e do desenvolvimento do modo de produção capitalista e a forma como o capitalismo se “metamorfoseia” criando sempre possibilidades de extração da mais-valia, desde a acumulação primitiva até a flexibilização do capital, possibilita perceber que junto a este movimento ocorre uma agudização da exploração e expropriação dos trabalhadores. Em tempos de mundialização do capital, os migrantes são uma massa utilizada para a extração da mais-valia numa dinâmica de superexploração. Diante desta realidade, expressivos são os dados referente aos fluxos migratórios da atualidade no mundo, que, de acordo com Relatório Mundial sobre Migração de 2022, tabulados pela Organização Internacional para Migrações (OIM), apresenta que, somente entre 2019 e 2020, as migrações internacionais somam um aumento de 3,5%, passando de um total de 272 milhões de migrantes em 2019, para 281 milhões em 2020, o que corresponde a 3,6% da população mundial. Neste contexto, pretende-se trazer os principais marcos legais brasileiros sobre a temática para demonstrar como este Estado cria legislações que defendem os interesses do capital e como essas normas jurídicas se alteram dando suporte aos interesses de cada governo, desde o incentivo as migrações no período colonial, visando o embranquecimento da raça e desenvolvimento agrário, até a exclusão dos migrantes sob o argumento da segurança nacional do governo Bolsonaro (2019 a 2022); também, neste último, a seleção entre os migrantes desejáveis e indesejáveis, evidenciada no pronto acolhimento dos refugiados ucranianos e, por outro lado, na postura xenofóbica contra povos da América Latina e de outros países periféricos que têm migrado intensamente para o Brasil. E, por fim, trazer para o debate, numa perspectiva crítica, o significado de território nacional e a necessidade de políticas sociais brasileiras direcionadas aos migrantes internacionais e que respeitem suas histórias, cultura, religião e demais aspectos das relações sociais.

**Palavras-chave:**

Migração; Capitalismo; Mundialização; Trabalho

**11MIIS-89367**

## **Mediação municipal e intercultural: o que nos dizem os técnicos?**

Rosa Novo (Instituto Politécnico de Bragança)

Carla Pedroso de Lima (Instituto Politécnico de Bragança)

Ana Prada (Centro de Investigação em Educação Básica, Instituto Politécnico de Bragança)

Apresenta-se um estudo exploratório, de caráter qualitativo, na perspetiva dos técnicos municipais das áreas de ação social e educação onde se prevê trabalho de mediação e intervenção comunitária. Estipularam-se como objetivos: (i) compreender a mediação intercultural na perspetiva de profissionais, aptos ou não ao seu exercício; e (ii) tecer reflexões sobre as práticas de mediação intercultural. Para a recolha de dados utilizou-se um questionário, administrado *online*, composto por questões fechadas e abertas. O grupo de participantes foi intencionalmente selecionado abrangendo técnicos de dois municípios da zona centro de Portugal, um dos quais envolvido num projeto de mediação neste âmbito. Os resultados revelam que os técnicos manifestam satisfação com a atividade de mediação, embora reconheçam a complexidade deste processo. Destaca-se igualmente o sentirem-se reconhecidos pelos utentes como figuras de confiança e securizantes, indiciando uma boa aceitação. Contudo, independentemente, da (in)existência de formação específica na mediação, e experiência em projeto de mediação em múltiplos contextos, os respondentes expressam um entendimento das práticas mediadoras assentes numa lógica do mediador enquanto substituto da pessoa, descurando o papel ativo da mesma na conquista dos objetivos e promoção da participação. Sublinha-se a importância de uma reflexão crítica sobre as práticas de mediação intercultural, assente numa narrativa produzida a várias vozes, capaz de motivar e empoderar o alvo da intervenção.

### **Palavras-chave:**

Mediação Municipal e Intercultural; Perfil do Mediador; Vantagens; Desvantagens

## **Ação Social, Redes, Parcerias e Desenvolvimento Comunitário**

## 11MIIS-11584

### **Crianças em risco e/ou perigo: participação, dinâmicas e responsabilização das comunidades locais na sua proteção**

Manuel Menezes (ISMT; ICNOVA)

Partindo das práticas dos assistentes sociais no Sistema de Promoção e Proteção à Criança em Portugal, nesta comunicação pretende-se apresentar alguns dos resultados obtidos na investigação desenvolvida no âmbito do Doutoramento em Serviço Social realizado no ISCTE-IUL.

Um dos focos do estudo direcionou-se para os condicionalismos e desafios experienciados quotidianamente pelos profissionais na ação protetiva. Tendo presente a valorização atribuída pelo sistema às sinergias locais, à participação e responsabilização de cada comunidade local na proteção das suas crianças e jovens, uma das preocupações do estudo centrou-se na perceção, problematização e compreensão do funcionamento das parcerias territoriais, do trabalho em rede, e conseqüente envolvimento das diferentes entidades/serviços/organismos presentes no território ao nível da promoção e proteção das crianças em risco e/ou perigo, visando a prevenção primária/secundária e a conseqüente consubstanciação de um direito que assiste a todas as crianças, i.e., o direito à comunidade.

Integrando 100 CPCJ sediadas em Autarquias da Região Centro, no estudo colaboraram 85 profissionais da modalidade restrita de 62 CPCJ que responderam ao inquérito por questionário, e 11 assistentes sociais de oito CPCJ que participaram na sessão de *focus group* por nós dinamizada.

Os resultados concluem que os profissionais fazem uma avaliação globalmente positiva do envolvimento das diferentes entidades no diagnóstico e no acompanhamento dos processos, tendo sido dado especial destaque aos Municípios, seguidos da Educação e da Segurança Social. Relativamente às ECMIJ, consideraram desenvolverem uma intervenção adequada ao nível da proteção das crianças, salientando, no entanto, a existência de maiores dificuldades de colaboração com as Empresas, os Centros Hospitalares e os Centros de Emprego. No âmbito do *focus group*, foi sinalizado o modo como o território influencia o funcionamento das parcerias, ou seja, todos os participantes concordaram que, à medida que o território aumenta, o desenvolvimento de uma intervenção em rede se complexifica.

#### **Palavras-chave:**

Crianças em Risco; Comunidade; Parcerias; Proteção

**11MIIS-44775**

**A multiculturalidade no contexto de saúde: um olhar sobre o papel da mediação intercultural nas práticas de intervenção e gestão de conflitos a este nível**

Julieta Vaz (Universidade de Coimbra)

A pluralidade cultural sempre marcou a sociedade portuguesa, que, ao longo da sua história, vem presenciando a instalação de diferentes grupos étnicos e religiosos (ciganos e lusitanos, muçulmanos e cristãos) no seu território. Se no longínquo ano de 1960 cerca de 20.515 imigrantes chegavam a Portugal, vindos das vizinhas Espanha, França e Itália, ou do Reino Unido e Brasil, em 2022 o número de entradas chegou a 781.247, integrando povos com culturas e crenças tão distintas, vindos de África, Ásia e América, e de diversos países europeus. Esta multiculturalidade constitui um dos grandes desafios do século XXI, tanto na organização político-administrativa como no panorama das estratégias e práticas de intervenção social. Ao abordar a multiculturalidade no contexto de saúde e o papel da mediação intercultural nas práticas de intervenção e gestão de conflitos neste âmbito, concebemo-la como factor que potencializa a permeabilidade de situações conflitantes nesta área. Objetivando compreender o papel da mediação intercultural nas práticas de intervenção e gestão de conflitos em contexto de saúde, faz-se recurso aos princípios do paradigma sócio-crítico, numa abordagem qualitativa, através da pesquisa bibliográfica e descritiva. Através da apresentação e análise de dois casos práticos, à luz dos fundamentos teóricos sobre a questão, são demonstradas a complexidade da mediação e a indispensabilidade dos mediadores interculturais nos contextos de saúde e hospitalares. Verificou-se que a mediação intercultural é uma ferramenta fundamental na promoção do diálogo e proximidade intercultural e, quando devidamente articulada com os objetivos e princípios da intervenção social, promove tanto a gestão positiva de conflitos como a integração social do imigrante ou minoria étnica e sua participação ativa na comunidade, pois os conflitos interculturais, em contextos de saúde, não implicam somente o processo terapêutico, mas a relação entre o indivíduo e o sistema de saúde e a interdependência deste com outros sistemas.

**Palavras-chave:**

Saúde; Multiculturalidade; Mediação Intercultural; Integração Social



## **11MIIS-24142**

### **As famílias de crianças com implante coclear: conhecer para intervir**

Helena Gabriela Fiúsa Alves (CHUC)

Marisa Alves (CHUC)

Maria Inês Lameiras Crisóstomo Pinheiro Pinto Lagarto (IPL - ESECS)

A surdez é uma doença que afeta não só o portador, mas também a respetiva família. No caso das crianças surdas, a surdez apresenta um impacto ainda maior, uma vez que pode condicionar a aquisição da linguagem e da literacia, a integração social e o desenvolvimento em geral, para além do impacto significativo em toda a família, principalmente em termos de objetivos, estado emocional, papéis familiares/sociais, relações internas/sociais. Quando a criança surda é antecipadamente reabilitada através de implante coclear, consegue desenvolver a linguagem e progredir de forma semelhante aos seus pares ouvintes. No entanto, o impacto sobre a família pode permanecer ao longo do crescimento da criança, exigindo uma atenção diferenciada, articulada e integrada, por parte de distintos serviços, profissionais e familiares/amigos.

Esta intervenção em rede dependerá do tipo de necessidades e problemas que estas famílias possam apresentar. Neste sentido, o estudo realizado pretendeu identificar as necessidades e problemáticas das famílias de crianças com implante coclear (com idade entre os 0 e os 72 meses), tendo sido questionados 15 pais, de ambos os sexos, através de dois instrumentos: o inventário das necessidades da família e o questionário de problemas familiares.

A análise dos dados obtidos permitiu verificar que estas famílias revelam índices baixos de sobrecarga afetiva e subjetiva e índices razoáveis de apoio recebido, atitudes positivas e criticismo. Em contrapartida, apresentam necessidades principalmente ao nível da informação (de serviços de apoio) e de tempo livre (para si próprio).

Estes dados parecem evidenciar que o implante coclear permite, a par com o desenvolvimento linguístico e social da criança, contribuir para uma maior estabilidade familiar e uma menor incidência de problemas. Contudo, as famílias carecem ainda de apoio informativo e material, sendo fundamental que os serviços estejam a par destas necessidades para colaborarem entre si e alcançarem uma resposta mais eficaz.

#### **Palavras-chave:**

Implante Coclear; Necessidades; Família

11MIIS-29587

## O papel das redes de parcerias na territorialização das políticas de igualdade: avanços e resistências aos Planos Municipais para a Igualdade

Inês Martins Simões (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)

Rosa Monteiro (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais da Univ. de Coimbra)

Ao longo das últimas décadas, países como Portugal e Espanha têm enveredado pela promoção de uma estratégia de *mainstreaming* de género, no intuito de que, em todos os níveis de definição de políticas, as necessidades e experiências das mulheres – e também dos homens – sejam tidas em conta. Neste sentido, a nível local, os municípios têm sido incentivados, por meio de medidas, ferramentas e financiamentos, a desenvolver Planos para a Igualdade, essenciais na materialização do *mainstreaming* de género na governação dos seus territórios, e na “territorialização” das políticas nacionais de igualdade de género, numa lógica que decorre, essencialmente, do processo de europeização.

Não obstante, são quase ausentes os estudos, no nosso país, acerca do desenvolvimento destas políticas locais para a igualdade, sendo, portanto, desconhecidos os seus fatores determinantes, as suas dinâmicas e expressão, mas, sobretudo, as conjunturas que impedem ou favorecem a sua concretização, nomeadamente ao nível da rede de parcerias das autarquias locais. Desta forma, através de múltiplas abordagens metodológicas, onde se inserem *focus groups*, entrevistas individuais e análise documental, o objetivo desta investigação é criar conhecimento sociológico, no que ao envolvimento dos parceiros locais, para a prossecução de políticas de igualdade a nível territorial em Portugal, concerne, sendo que por parceiros locais entendemos movimentos feministas, organizações não governamentais, IPSS, escolas e, ainda, forças de segurança.

De facto, no decurso do trabalho que apresentamos, todas as instituições e organizações supramencionadas foram indicadas como tendo um papel fulcral na implementação e efetivação dos Planos para a Igualdade. Conquanto isto, nem sempre este trabalho em rede entre atores políticos e atores locais foi possível, com alguns entrevistados e entrevistadas a referirem que a resistente genderização de algumas destas entidades e o afastamento e não participação dos movimentos feministas se afiguram ainda como obstáculos relevantes que impedem esta “territorialização” das políticas de igualdade.

### Palavras-chave:

Igualdade de Género; Planos Municipais para a Igualdade; Resistência à Implementação de Políticas; Rede de Parcerias

**11MIIS-33530**

## **Os nós do acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo: equacionando a mediação nos processos de autonomização**

Luísa Pimentel (ESECS.IPLeiria)

Marina Goulart da Silva (ESECS.IPLeiria)

O acolhimento residencial (AR) é uma das medidas de proteção de crianças e jovens em perigo previstas na lei portuguesa (LPCJP). Apesar dos esforços das várias entidades que constituem o sistema para manter as crianças no seu meio natural de vida, quando tal não é possível, o AR é a medida mais aplicada. A incidência territorial desta medida não é equilibrada, sendo a Região Autónoma dos Açores uma das que têm uma taxa mais elevada (0,4% face à taxa média de incidência nacional de 0,26%) (Relatório CASA 2022, 2023, p. 70). O AR deve ter um carácter transitório e devem ser delineados novos projetos de vida desde o início do acolhimento. Preparar os jovens mais velhos para a autonomização é uma das alternativas.

Apresentamos um estudo realizado em duas Casas de AR da Ilha Terceira, que pretendeu analisar a perceção dos jovens acolhidos sobre o acompanhamento que lhes é proporcionado pelos agentes institucionais na promoção da sua autonomização.

Com uma metodologia alicerçada no paradigma fenomenológico-interpretativo, realizaram-se entrevistas semiestruturadas a 10 jovens, com idades superiores a 15 anos.

Os resultados mostraram uma conexão entre a perceção sobre a autonomia e a capacidade de executar tarefas quotidianas. A associação com a capacidade de decisão e de escolha não é tão clara. Parece não existir um trabalho consistente e interdisciplinar na preparação do processo de autonomização, sendo evidente a falta de recursos humanos especializados e realçado o distanciamento relacional com as cuidadoras. A preparação dos jovens para aspetos da gestão do quotidiano aumenta com a idade. Os resultados sustentam a necessidade de uma intervenção mediadora que promova o autoconhecimento e os prepare para o mundo exterior, na linha do que defendem Ferreira e Silva (2019) sobre a necessidade de comunicação entre diferentes culturas e contextos de vida, para evitar atitudes de fechamento.

### **Palavras-chave:**

Jovens; Acolhimento Residencial; Autonomização; Mediação

**11MIIS-58170**

**Interculturalidade, educação/formação e trabalho: a desconstrução político-educativa do Programa Qualifica**

Miguel Correia (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto)

A linguagem insere-se no seio das práticas socioculturais e políticas, conferindo significado às mesmas por meio de uma esfera concreta e simbólica. Nesta esteira, a linguagem é um instrumento de poder com legitimidade, facilitando ou obstaculizando as relações. Nesta linha, os documentos oficiais de políticas socioeducativas são artefactos socioculturais e político-ideológicos, exprimindo uma pluralidade de significados dependentes do seu contexto de produção, não revelando apenas aquilo que se pode ler no seu texto, mas também ideologias de dado momento histórico-político. Por conseguinte, na desconstrução de documentos de políticas socioeducativas procura-se entender o que está escrito no seio do contexto da sua elaboração, por exemplo, os processos de organização e produção do discurso, atendendo às contradições e incoerências contidas no mesmo e realçando as ambiguidades e as convergências. Assente neste racional, parte-se do ciclo de políticas (Codd, 1988; Mainardes, 2006) para se desconstruir o Programa Qualifica (Portaria n.º 232/2016) na linha da sua articulação com processos de micro (a pessoa), meso (o poder local) e macropolítica (o Estado) no que respeita à interculturalidade. Numa perspetiva ampla, levando em conta a interculturalidade enquanto inter-relação recíproca entre culturas, o Programa Qualifica surge ancorado em harmonizar o país no seio de objetivos europeus relativamente à educação/formação, evidenciando-se ao longo dos anos respostas ora situadas em determinada cultura (e.g., a etnia Roma), ora desarticuladas face ao panorama societal mais amplo (e.g., relação entre formação e trabalho). Neste sentido, o ciclo de políticas permite escrutinar os modos como o contexto formativo acomoda as questões da interculturalidade. Em súpula, a interculturalidade surge mediada pela tríade mercado laboral, mercado formativo e mercado humano, sendo atualmente visível pela presença significativa de pessoas migrantes e refugiadas nos mais diversos contextos educativos/formativos e os desafios que surgem na acomodação das suas necessidades socioformativas face aos seus objetivos de vida.

**Palavras-chave:**

Ciclo de Políticas; Interculturalidade; Programa Qualifica; Educação/Formação e Trabalho

**11MIIS-34389**

**Uma análise ao funcionamento interno das redes locais de governação em contextos centralizados: um admirável mundo novo?**

Luís Filipe Oliveira Mota (Politécnico de Leiria)

Patrícia Silva (Universidade de Aveiro)

As redes de governação local são cada vez mais vistas como a grande ideia para lidar com questões que são suficientemente complexas em termos de âmbito e escala para exigirem uma diversidade de conhecimentos e recursos. Embora a narrativa convencional postule que as redes locais são ideais para abordar uma série de problemas políticos e reforçar a participação democrática, pouca atenção tem sido dedicada à compreensão do seu funcionamento interno.

Uma lacuna relevante na literatura diz respeito ao impacto da intervenção do governo central no desencadeamento de tais acordos sobre a diversidade dos intervenientes, a intensidade das interações entre os intervenientes ou as suas práticas de coordenação. Essa avaliação é particularmente relevante em contextos centralizados, como Portugal.

Assim, este artigo procura mapear e caracterizar o funcionamento interno das redes locais neste contexto, tendo analisado 167 redes locais de governação em 16 municípios de Portugal continental, localizados nas cinco NUTS II.

A análise empírica destaca o papel crucial do governo central na ativação de redes locais e na garantia de níveis mais elevados de intensidade formal de colaboração para reduzir os custos de transação. Manter tais acordos sob o radar do governo central pode, no entanto, reduzir a diversidade de intervenientes e áreas políticas e restringir o compromisso das partes interessadas nos acordos de governação local.

**Palavras-chave:**

Redes de Governação; Governos Locais; Governo Central; Portugal

**11MIIS-18952**

**Política de combate à violência doméstica em Portugal: desafios da sua implementação em municípios urbanos e rurais**

Luís Filipe Oliveira Mota (Politécnico de Leiria)

Lorena Villa (Universidade de Aveiro)

A violência doméstica é um problema social persistente em diferentes países do mundo. Portugal não é exceção a esta tendência e por isso tem desenvolvido diversos programas de combate a este problema, apostando numa abordagem territorializada, embora com sucesso limitado, considerando as ainda elevadas cifras.

Recorrendo ao Modelo Integrado de Implementação de Soren Winter como *framework* teórica, este estudo pretende identificar os principais desafios da implementação da política de combate à violência doméstica em dois municípios portugueses, um urbano e outro rural, tentando, com isso, perceber se existem diferenças significativas entre estes dois contextos. Para tal, recorreu-se à análise de documentos oficiais e de entrevistas com atores implementadores. A análise dos dados permite perceber que os principais desafios são a existência de equipas de técnicos no terreno em número insuficiente e instável e, por vezes, sem formação adequada, bem como a pouca mobilização dos “grupos-alvo” fruto da cultura patriarcal e de “pressão de vizinhança”. Por outro lado, a estratégia territorializada, a definição de planos nacionais e locais e a estruturação de redes de atores são identificados como fatores-chave de algum sucesso.

**Palavras-chave:**

Violência Doméstica; Implementação de Políticas Públicas; Territorialização; Portugal

**11MIIS-39755**

**O Serviço Social e a transferência de competências em matéria de ação social. Um estudo de caso sobre os protocolos do Rendimento Social de Inserção**

Gonçalo Mota (Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, CI&DEI, Instituto Politécnico de Viseu)

A transferência de competências para as autarquias locais no âmbito da ação social decorreu do estatuído na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Esta lei atribui às autarquias as funções de assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social, bem como o acompanhamento dos contratos de inserção celebrados com os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) e a elaboração de relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento da atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual.

Esta mudança obrigou a uma reconfiguração das dinâmicas de intervenção social, nomeadamente, influenciando os contextos de trabalho dos profissionais no âmbito da ação social local. O Serviço Social surge neste contexto, invariavelmente e de forma histórica, associado ao acompanhamento dos beneficiários da prestação do RSI, assumindo uma intervenção direta de natureza psicossocial.

Este trabalho pretende apresentar os primeiros resultados de uma investigação que acompanhou o processo de transferência de competências de uma autarquia da região centro e que envolveu três equipas multidisciplinares formadas há mais de uma década, no âmbito dos protocolos do RSI celebrados entre o Instituto da Segurança da Social e as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O objetivo deste estudo passa por compreender em que medida é que o processo de transferência de competências veio influenciar a dinâmica do trabalho dos assistentes sociais no seio destas equipas.

Assim, pudemos observar que, por decisão da autarquia, as competências anteriormente exclusivas dos assistentes sociais, enquanto técnicos gestores de processo, passaram a ser atribuídas, também, aos educadores sociais, que até então assumiam funções distintas. Em sentido oposto, assistimos ao reforço da diferenciação e proteção da área de intervenção dos psicólogos. Percebemos que este processo representa mais um exemplo do aprofundamento da dinâmica de desprofissionalização do Serviço Social, que, não sendo um fenómeno recente, acaba por estar aqui associado ao reforço da perspetiva instrumental e manageralista da profissão.

**Palavras-chave:**

Serviço Social; Transferência de Competências; Rendimento Social de Inserção; Ação Social

**11MIIS-46801**

**A mediação intercultural na promoção para a saúde: estudo de caso da comunidade cigana do concelho de Águeda**

Mónica Estima Gameiro (Mestrado em MIIS - ESECS.IPLeiria)

Rui Duarte Santos (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)

As comunidades ciganas integram a minoria étnica mais numerosa da União Europeia, vivenciando situações de pobreza e de exclusão social. Estas questões influenciam o bem-estar e a qualidade de vida destes indivíduos.

Em Portugal existem muitos elementos desta etnia, a viver em condições habitacionais muito precárias, e a maioria apresenta níveis educacionais mais baixos do que a restante população e, por isso, menos participação social e menos saúde.

A saúde é uma das principais necessidades sociais e constitui um dos direitos fundamentais, tendo um papel disruptor nos processos de exclusão/inclusão social, na medida em que constitui um elemento integrador no acesso a outros recursos, serviços e direitos que promovem a convivência e a coesão social.

A presente investigação procurou compreender qual a perceção da comunidade cigana sobre a importância da Mediação Intercultural na Promoção para a Saúde.

Neste sentido, o estudo que aqui se apresenta teve como objetivos compreender de que forma a comunidade cigana percebe a sua condição de saúde, os principais comportamentos de risco e as principais estratégias de mediação e intervenção que podem promover hábitos de vida saudáveis.

Como estratégia metodológica, optou-se por uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa, materializada num estudo de caso, tendo sido utilizadas técnicas de recolha de dados, inquéritos por questionário à comunidade, entrevista semiestruturada e *focus group*, dirigidos a atores-chave da comunidade cigana de Vale Domingos e Gravanço. Como técnica de análise de dados, foi utilizada a análise estatística. Pelos dados apurados, pode-se afirmar que os baixos níveis de literacia em saúde, os comportamentos de risco e os casamentos entre familiares são os principais fatores que condicionam a saúde desta comunidade. Urge a necessidade de dotar os profissionais de saúde para uma intervenção adequada, de forma holística e sistémica.

**Palavras-chave:**

Comunidade Cigana; Inclusão Social, Mediação Intercultural; Saúde



**11MIIS-47326**

## **Os serviços partilhados como estratégia de trabalho em rede nas organizações sociais**

Cristóvão Margarido (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)

Nelson Costa (Diocese de Leiria/Fátima)

O sucesso das organizações do terceiro setor depende, cada vez mais, da sua capacidade de interação com o meio envolvente, ou seja, da sua capacidade de trabalhar em rede. Neste âmbito, a difícil conjuntura económica e social atual obrigará estas organizações a rever as suas estratégias, a pensar em novos modelos de negócio e de cooperação e a reorganizar-se de modo que os serviços que prestam sejam de qualidade, sem pôr em causa a sua sustentabilidade.

O objetivo do presente estudo é perceber se os modelos de serviços partilhados poderão ser aplicados no terceiro setor e quais as vantagens e desvantagens destes modelos para as organizações sociais. Nesta linha, é feita uma análise aos diversos modelos de serviços partilhados da economia de mercado de modo a encontrar um modelo próprio de serviços partilhados que responda às exigências e necessidades do terceiro setor.

### **Palavras-chave:**

Serviços Partilhados; Trabalho em Rede; Parcerias

**11MIIS-49191**

## **Estratégias de redes e parcerias para o desenvolvimento sustentável nos municípios do sul catarinense**

Sibeli Cardoso Borba Machado (Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL)

Ivone Junges (Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL)

O estudo apresenta como objetivo compreender o processo de desenvolvimento sustentável da região sul catarinense baseado na estratégia de formação e consolidação das redes interempresariais e parcerias institucionais.

Abordagem qualitativa com a utilização de pesquisa de campo com os principais atores econômicos e sociais do território de abrangência do estudo. Foram utilizadas como fontes de evidência entrevistas em profundidade com 22 atores (empresas, entidades de apoio empresarial, gestores públicos e educacionais); pesquisa documental baseada em dados socioeconômicos setoriais e regionais e os planos diretores dos municípios de abrangência; observação direta no campo onde as entrevistas foram realizadas. Para coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: a) entrevista em profundidade: foi utilizado um roteiro de entrevistas; b) pesquisa documental com roteiro de questões para direcionar a busca de informações centrais na base de dados consultada; c) notas de campo: roteiro com observações norteadoras. Foi utilizada análise de conteúdo com uso do *software* NVivo, tanto para as falas das entrevistas, quanto os documentos pesquisados. Na análise das notas de campo, fotos, percepções e experiências da equipe de pesquisadores. Como principais resultados, identificamos algumas evidências, especialmente nas falas dos entrevistados e nos documentos analisados, de que há vontade e empenho na realização de parcerias entre empresas, entre instituições de apoio empresarial, governamental e educacional. Houve uma evolução nas estratégias de associativismo e redes interempresariais, mas ainda há muito para evoluir. Percebeu-se ambientes propícios para a formação de *cluster* empresariais, sobretudo no setor de agronegócios. Na área educacional foram citadas iniciativas contundentes de parceria com os setores produtivo e governamental, especialmente em nível de município. Maior preocupação com o desenvolvimento sustentável, uso de tecnologias limpas e inclusão de famílias menos favorecidas no centro das políticas municipais. Preocupação com as mudanças climáticas e a utilização de estratégias que vêm ao encontro dos ODS.

### **Palavras-chave:**

Estratégias de Desenvolvimento Sustentável; Territórios; Redes; Parcerias

11MIIS-61589

## **Centro Fora do Armário?: uma análise às necessidades e desafios da integração de pessoas LGBTI+ na região Centro de Portugal**

Luís Filipe Oliveira Mota (Politécnico de Leiria)

As pessoas LGBTI+ continuam a ser um grupo social vulnerável que necessita de atenção especial, pois ainda são discriminadas, embora tenham sido registadas algumas melhorias ao longo das últimas décadas em alguns países.

Portugal não foge a esta tendência. Por um lado, tem uma das melhores pontuações no chamado Mapa Arco-Íris da ILGA-Europa em 2023. Por outro lado, os resultados de estudos internacionais demonstram que as pessoas LGBTI+ ainda enfrentam uma discriminação social significativa neste país.

Se estes resultados gerais já são motivo de preocupação, não é difícil prever que a situação poderá ser ainda mais problemática em territórios mais periféricos, não só porque poderia haver comunidades mais conservadoras nesses territórios, mas também porque a maioria dos serviços dirigidos a pessoas LGBTI+ são localizados em cidades maiores. No entanto, não é possível saber isto com certeza, uma vez que todos os inquéritos mencionados não perguntam aos inquiridos sobre o seu local de residência.

Face a este quadro, o projeto “Região Centro Fora do Armário” (parceria IPLeia e ILGA-Portugal) analisou as necessidades e desafios relacionados com a integração de pessoas LGBTI+ na região Centro de Portugal. Para tal, aplicámos dois questionários *online*: um a pessoas LGBTI+ (n=377), para analisar as suas perceções sobre a incidência de situações de discriminação e a adequação da atuação de múltiplos atores públicos e privados no combate à discriminação, com especial incidência nos atores de âmbito local; e outro a serviços públicos e sociais (e.g., ONG, centros de saúde, escolas, municípios e comunidades intermunicipais) que desenvolvem atividade na região Centro de Portugal (n=149), com o objetivo de avaliar até que ponto os serviços mencionados têm programas que visam a integração de pessoas LGBTI+ e quais os seus principais desafios em fazê-lo.

Esta apresentação explorará os principais resultados preliminares de ambas as pesquisas.

### **Palavras-chave:**

Pessoas LGBTI+; Regiões Periféricas; Discriminação; Ações de Integração Social

**11MIIS-58755**

## **Deficiência e escolaridade obrigatória – e depois?**

Gracinda Mateus (Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente / ESECS)

A temática sobre a Deficiência e Formação Profissional, nomeadamente a importância da Formação Profissional, após o término da escolaridade obrigatória, e a integração laboral e social da pessoa com deficiência, é uma necessidade muitas vezes não identificada na nossa sociedade.

Com a nova legislação, é importante investigar qual o percurso dos jovens que concluem o ensino obrigatório, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, com medidas seletivas e adicionais.

Estes jovens fazem parte das escolas e da comunidade durante cerca de 12 anos e após a escolaridade obrigatória pouco se sabe sobre eles. Quais os seus percursos? Há a sua efetiva inserção laboral, tendo por base as suas reais capacidades, e não os excluindo em virtude das suas incapacidades?

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um processo longo onde é promovido o seu desenvolvimento pessoal e social e se tenta quebrar as barreiras, muitas vezes existentes, à sua participação social.

Existe, efetivamente, inúmera legislação que promove a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, porém esta não é suficiente para garantir a sua plena inclusão (Garcia, 2014). Assim, as pessoas portadoras de deficiência necessitam, muitas vezes, de apoio do Estado, nomeadamente através do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). O IEFP auxilia através da integração em cursos de formação profissional ou através de Contratos de Emprego e Inserção.

Em junho de 2020 havia 13.270 pessoas com deficiência inscritas como desempregadas nos centros de emprego, registando-se um aumento de 10% face aos dados globais de 2019 (12.027 inscritos com deficiência).

Pretende-se apresentar um estudo de caso sobre o percurso de uma jovem, com paralisia cerebral, atualmente com 18 anos, que terminou o 3.º ano do curso profissional.

### **Palavras-chave:**

Deficiência; Escolaridade Obrigatória; Inclusão; Integração Laboral

## **11MIIS-55833**

### **Dialógicas territoriais em Educação de Segunda Oportunidade: o caso do concelho de Vila Nova de Gaia**

Joana Vieira (Ministério da Educação/IDIS)

Hugo Caseira (Ministério da Educação/IDIS)

Filipa Costa (Ministério da Educação/IDIS)

Helena Coutinho (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia)

Daniela Campos (IDIS)

Marco Barbosa (IDIS)

A Educação de Segunda Oportunidade foi formalmente legislada em Portugal em 2019, através do Despacho 6954/2019, de 6 de agosto. Através deste diploma, foi possível regulamentar a Educação de Segunda Oportunidade, assente na tríade dialógica entre o Ministério da Educação (na figura da DGeTe e dos agrupamentos de escolas públicos), Municípios e associações da sociedade civil que operacionalizam uma estratégia transdisciplinar para combater o abandono escolar precoce de jovens provenientes de contextos especialmente multidesafiados.

Em Vila Nova de Gaia, a Educação de Segunda Oportunidade acontece pela mão da Escola de Segunda Oportunidade de Gaia (E2OG), pragmatizada em três polos de atividade, que envolve mais de 25 entidades parceiras em torno de um total de 50 alunos/as abrangidos/as, incluindo o Município, agrupamentos de escolas, CPCJ e equipas das casas de acolhimento, bem como empresas e associações empresariais que facilitam a transição para o mercado de trabalho e a dinamização de negócios sociais.

Através de uma equação de sinergias, a E2OG suporta-se numa lógica de governança dialógica, que permite a rentabilização racional de recursos e de estratégias que permitem a criação de redes de política local altamente profícuas à execução da missão da escola em particular e o combate ao problema social do abandono escolar em geral.

Neste sentido, apresentam-se quatro dimensões orientadoras de práticas desenvolvidas no concelho que facilitam as lógicas dialógicas e permitem a superação de desafios de índole governativa, logística e socioeconómica. Estas dimensões são passíveis de ser replicáveis e refletidas no coletivo, por forma a fortalecer melhores modelos de gestão das políticas públicas locais remediativas na educação.

#### **Palavras-chave:**

Educação de Segunda Oportunidade; Territórios Educativos; Vila Nova de Gaia

## **11MIIS-71632**

### **Voz do aluno**

Tânia Francisco (Agrupamento de Escolas da Nazaré)

Qualquer escolha que façamos baseia-se na nossa história, conquistas e inseguranças e é através destas que tomamos decisões e identificamos o caminho a seguir (Bourdieu, 1986).

Enquanto aluna, professora e, simultaneamente, encarregada de educação, sempre me questioneei sobre a importância de se escutar e valorizar em ação a voz dos alunos. Partindo do pressuposto que as crianças são capazes de ter pontos de vista e que estes são efetivados de acordo com a idade e maturidade de cada uma, é compreensível que tenham oportunidade de ser ouvidas, para que possam ter um papel preponderante na sua formação. Questão que se tornou exponencial, quando confrontada com a mesma ao nível pessoal.

Nem sempre é fácil refletir sobre questões que nos envolvem de forma pessoal e profissional em simultâneo. Se, por um lado, tenho o testemunho de uma educanda que se manifestou desiludida com a forma como a escola se foi revelando ao longo dos anos letivos, cuja opinião é que o ensino foi projetado apenas para alguns alunos, nomeadamente os que têm insucesso, por outro lado, enquanto docente que sempre privilegiou espaços de partilha, conhecimento interpessoal, compreendi que esta reflexão não é assim tão evidente para todos os intervenientes no ensino, uma escola constituída a partir das crianças, alunos e sobretudo da inclusão. Para falar é preciso que alguém esteja disposto a ouvir.

Assim sendo, e partindo do reconhecimento da infância como construção social, na qual a criança é ator ativo, competente e com “voz”, pretendo entender as perceções e representações de alunos e professores sobre a mesma. Esta temática revela-se particularmente pertinente, na medida em que permite reforçar a importância de se efetivar o que as crianças pensam/pretendem, através de práticas promotoras de partilha, reflexão e ação no quotidiano pedagógico.

#### **Palavras-chave:**

Políticas Educativas; Práticas Educativas; Participação; Voz do Aluno

11MIIS-73068

## **Comunicação e mediação intercultural como elementos na coesão social em comunidades culturalmente diversas: um estudo de caso de um jornal comunitário**

João Miguel Silvestre Mendes (Instituto Politécnico de Leiria)

Catarina Maria Nogueira Marques da Cruz Menezes (Instituto Politécnico de Leiria)

Maria João Sousa Pinto dos Santos (Instituto Politécnico de Leiria)

Investigação elaborada no âmbito do Mestrado em Comunicação Acessível que explora as práticas de comunicação e mediação intercultural no jornalismo comunitário, através do estudo do jornal *Rosa Maria*, situado no bairro da Mouraria (Lisboa). Aborda-se o papel do jornalismo comunitário na promoção do desenvolvimento comunitário em contexto multicultural.

Nas sociedades contemporâneas, a necessidade de uma comunicação intercultural eficaz, interpelando recursos de mediação intercultural, tornou-se essencial. Este estudo investiga como o *Rosa Maria*, localizado num bairro com uma das maiores proporções de população com nacionalidade estrangeira, representa estas complexidades ao nível interações interculturais que se pretendem mutuamente proveitosas.

Os objetivos da investigação incluem a análise das práticas de comunicação intercultural do jornal *Rosa Maria*, a investigação das suas estratégias de mediação intercultural e a compilação das melhores práticas na área da interculturalidade. A metodologia segue uma abordagem de estudo de caso qualitativo, utilizando análise documental e análise de conteúdo das edições desta publicação.

Os resultados revelam que o jornal *Rosa Maria* adota boas práticas de comunicação e mediação intercultural. Estas práticas têm como objetivo promover o diálogo, a compreensão e a cooperação no contexto multicultural deste bairro. O estudo destaca a importância do jornalismo comunitário na abordagem aos estigmas sociais e na promoção de uma comunicação inclusiva e acessível.

A investigação pretende contribuir para um campo mais amplo dos estudos interculturais, fornecendo contributos sobre como o jornalismo comunitário pode atuar como ferramenta eficaz de mediação das interações interculturais. Ressalta, portanto, o papel da comunicação na promoção da coesão social e inclusão, enfatizando a importância de respeitar a diversidade das audiências e abordar uma visão mais ampla de uma “cultural mosaic society”.

Conclui-se que o *Rosa Maria* desempenhou um papel na mitigação de tensões culturais, facilitando o diálogo e promovendo a coesão social, tendo-se reunido boas práticas de comunicação e mediação intercultural no contexto da comunicação mediática.

### **Palavras-chave:**

Comunicação Intercultural; Mediação Intercultural; Jornalismo Comunitário; Mouraria

## **11MIIS-76307**

### **A voz silenciada de pessoas refugiadas: o processo de acolhimento e integração de um jovem afegão**

Joana Vaz Ferreira (FPCEUC)

Sónia Mairos Ferreira (FPCEUC)

Ana Bertão (ESE IPP)

Devido a intensas crises, seres humanos são obrigados a fugir em busca de preservar a sua vida e almejar uma vivência em segurança e dignidade noutra país. O direito a procurar asilo é um direito humano, e os países que os acolhem devem ajudá-los a sentir-se parte integrante de uma comunidade. Para que este caminho seja bem-sucedido, as pessoas refugiadas têm de ter um papel ativo na procura de soluções para as suas vidas e ver respeitada a sua individualidade, ao invés de serem as entidades que as acolhem a ditar como estas devem viver e que caminhos percorrer. A mediação intercultural é importante para o respeito pela diversidade e promoção de intervenções horizontais, que possibilitarão um trabalho próximo e sempre considerando a voz de todos os intervenientes. Com este resumo, pretendemos refletir sobre as implicações que uma intervenção verticalizada pode ter nos processos de acolhimento e integração de pessoas refugiadas, partindo da análise de uma entrevista realizada a um jovem afegão acolhido em Portugal com a sua família, por uma organização da sociedade civil. Na intervenção social realizada, a escolha da cidade onde foram integrados, a procura e obtenção de emprego, e outros contactos com atores locais foram realizados pela entidade que os acolheu. Entrar no ensino superior era a prioridade deste rapaz, mas o ideal de integração da instituição consistiu na procura e inscrição numa atividade laboral, sem que o mesmo tivesse voz na definição deste caminho. Fazer para, e não com, colocou este jovem num lugar de invisibilidade pela desconsideração da sua vontade e desejos, num mar de frustração por não se reconhecer no caminho traçado, e afastou-o da vivência comunitária desejada. Uma intervenção verticalizada não reconhece a capacidade das pessoas de decidirem por si próprias, controlarem as suas vidas, e serem cidadãos plenos.

#### **Palavras-chave:**

Pessoas Refugiadas; Mediação Intercultural; Participação; Cidadania



**11MIIS-85442**

## **A importância social e educativa dos CATL dos Açores – perspetivas dos profissionais**

Francisco José Rodrigues de Sousa (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, polo da Univ. Açores - CICS.NOVA.UAc)  
Margarida da Silva Damião de Serpa (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, polo da Univ. Açores - CICS.NOVA.UAc)  
Ana Isabel Matias Diogo (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, polo da Univ. Açores - CICS.NOVA.UAc)  
Ana Cristina Pires Palos (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, polo da Univ. Açores - CICS.NOVA.UAc)

Nesta comunicação apresentam-se alguns resultados de um estudo de caracterização dos Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL) dos Açores, financiado pelo Governo desta Região. Este recorte aborda especificamente as perspetivas dos profissionais que trabalham nesses Centros, cuja importância para o desenvolvimento comunitário – nas vertentes social e educativa – é bastante reconhecida, embora diferentes atores aleguem, tendencialmente, diferentes razões na justificação desse reconhecimento. Por isso, apesar de já se ter realizado alguma investigação sobre o tema, são necessários mais estudos, que contribuam para uma melhor clarificação das perspetivas de diversos atores sobre as funções dos CATL e questões afins. Assim, no que diz especificamente respeito aos profissionais, procurámos compreender o seu posicionamento em relação às seguintes questões: (1) Qual é a função dos CATL?; (2) Que estratégias os profissionais consideram adotar visando o cumprimento dessa função?; (3) Que aprendizagens são promovidas nos CATL?; (4) Que problemas afetam o funcionamento dos CATL?; (5) Como são esses problemas resolvidos ou atenuados?; (6) O que é que deveria ser revisto na missão e nas atividades oferecidas pelos CATL? Para obter respostas a estas questões, foram realizadas oito entrevistas. Estas entrevistas foram sujeitas a uma análise de conteúdo baseada num conjunto flexível de categorias, que evoluiu de um alinhamento direto com o guião de entrevista para um sistema enriquecido com categorias emergentes. A análise foi facilitada pelo *software* QDA Miner. Dos resultados da análise destaca-se o facto de os profissionais terem privilegiado funções lúdicas e de complemento da escola. É particularmente interessante notar que, no que diz respeito a estas últimas, as aprendizagens associadas aos trabalhos de casa são as únicas que se situam predominantemente no domínio cognitivo, pois as restantes aprendizagens referidas pelos entrevistados estão relacionadas sobretudo com o desenvolvimento de competências socioemocionais e com a promoção de valores éticos.

### **Palavras-chave:**

CATL; Educação; Açores

11MIIS-85883

## **O papel do Serviço Social nas dinâmicas de reconfiguração das políticas sociais: a territorialização das políticas sociais como um caminho para a cidadania ativa**

Cláudia Maria Serpa Garcia (ISCTE - IUL)

A reconfiguração dos modelos de Bem-Estar tem acarretado novos e renovados desafios para as sociedades contemporâneas, salientando-se, no caso português, a tendência para a territorialização das políticas sociais e os desafios que esta reconfiguração induz no combate à pobreza e à exclusão social.

Estas tendências expressam a valorização do local como campo privilegiado de ação, espaço de capacitação e de empoderamento por excelência, entendendo-se que a territorialização das políticas sociais constitui uma abertura para a construção de territórios/cidades socialmente inclusivas, ambientalmente corretas e economicamente sustentáveis (Yigitcanlar et al., 2019).

Nesta base, procura-se contribuir, através da apresentação de resultados da investigação doutoral: O papel do Serviço Social nas dinâmicas de territorialização das políticas sociais, para a promoção da reflexão crítico-construtiva sobre a emergência de um Serviço Social direcionado para o empoderamento pessoal, social e capacitação (Carvalho, 2015) dos diferentes atores sociais, que não descarta o método de caso mas que valoriza uma intervenção integrada, entendida como um processo “democrático de agir sobre a realidade concreta, atuar sobre o meio, as mentalidades e os comportamentos dos mais desfavorecidos” (Mouro, 2006, p. 173), com um reforço da relação indivíduo-contexto, da relação imersão-intervenção e da dimensão coletiva dos problemas (Amaro, 2012; Gonçalves, 2018).

Recorre-se a métodos mistos: qualitativos e quantitativos, que nos permitem ir da análise ao nível macro ao nível micro, incorporando-se “múltiplas abordagens em todas as fases de um estudo, transformando os seus resultados e a sua análise numa outra abordagem” (Tashakkori e Teddlie, *apud* Flick, 2009, p. 32).

### **Palavras-chave:**

Políticas Sociais; Territorialização; Desenvolvimento Local; Serviço Social Comunitário

**11MIIS-86092**

## **A importância do trabalho em rede para a garantia de direitos da população migrante em territórios fronteiriços**

Alex Fabiano de Toledo (IPV - Escola de Tecnologia e Gestão de Lamego)

Ineiva Terezinha Kreutz (UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

O presente trabalho analisa as determinações históricas, estruturais e conjunturais que se impõem sobre o fenômeno das migrações internacionais e evidencia o caráter paradoxal dos sentidos atribuídos e legalmente organizados pelos Estados nacionais na formulação de legislações e políticas migratórias restritivas, com repercussões no campo dos direitos, dentro e fora das fronteiras territoriais. Em países de capitalismo periférico e dependente, como é o caso da América Latina e do Brasil, os limites da sobrevivência humana se revelam na agudização das desigualdades sociais, no aumento do desemprego estrutural, na violação de direitos e dignidades humanas e nas expropriações materiais e simbólicas das condições de vida que constroem e sobredeterminam, objetivamente e subjetivamente, os movimentos migratórios internacionais. Para a população migrante que vive em territórios fronteiriços estes constrangimentos repercutem de forma mais aguda, marcando outras fronteiras que se impõem em suas vidas: são as fronteiras da cidadania, dos direitos humanos, da desproteção social, do trabalho precário, das desigualdades sociais, da xenofobia e do racismo. O reconhecimento, garantia e a fruição dos direitos da população migrante em territórios fronteiriços colocam como desafio para o trabalho social o necessário e contínuo protagonismo sociopolítico dos movimentos sociais, sociedade civil e população migrante, no sentido a dar visibilidade às suas lutas e reconhecimento de seus direitos. Para dar respostas qualificadas às demandas desta população e para garantias de seus direitos, se faz necessário a articulação e trabalho em rede nos territórios fronteiriços entre as diversas políticas setoriais e a participação e envolvimento dos diversos atores envolvidos. Assim, este trabalho se vale da revisão bibliográfica e de incursões históricas para apreender a interface entre as migrações em territórios fronteiriços e refletir sobre os desafios para a intervenção social na construção e implementação de ações intersetoriais, articulando e aproximando diferentes setores, atores, políticas públicas e serviços em rede.

### **Palavras-chave:**

Territórios Fronteiriços; Direitos Sociais; Políticas Sociais; Intervenção Social

**11MIIS-86692**

## **Desenvolvendo corpos e mentes saudáveis: um programa de Educação Física para alunos do 1.º Ciclo**

Luís Filipe Rodrigues Rosa (Agrupamento de Escolas da Nazaré)

Esta apresentação pretende dar a conhecer um projeto de lecionação da Expressão Físico-Motora, no 1.º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas da Nazaré.

A sua pertinência prende-se pelo modo como é realizado, em regime de coadjuvação, por um professor de 1.º Ciclo, com habilitação profissional em Educação Física, e os professores titulares de turma. Apesar de existirem alguns projetos similares no contexto nacional, este diferencia-se pela valência formativa que será prestada aos docentes ao longo do mesmo.

O projeto justifica-se pela obrigatoriedade da lecionação desta área disciplinar curricular com avaliação específica, bem como pela sua importância no processo de desenvolvimento no processo educativo.

Fundamentalmente, o projeto irá dar cumprimento quer à legislação em vigor na disciplina de Educação Física, quer às necessidades de desenvolvimento e formação desta população específica, tornando real uma ambição de toda a comunidade educativa.

O objetivo principal é promover o desenvolvimento físico, cognitivo e social dos alunos, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizagem ativa e saudável, garantindo uma abordagem abrangente para a educação física nas escolas. Promovendo a melhoria da coordenação motora dos alunos; o aumento do envolvimento e dedicação dos alunos; o desenvolvimento de habilidades sociais, como o trabalho em equipa e a cooperação; a promoção de um ambiente escolar saudável e estimulante e o reforço da relação entre professores, promovendo uma colaboração contínua em benefício dos alunos.

A escola tem que proporcionar situações de aprendizagem para que cada criança seja capaz de desenvolver o máximo das suas capacidades, potenciando o seu desenvolvimento integral.

Segundo Laborinho Lúcio (2002), a comunidade educativa é concebida como “sistema ecológico, formado pela escola, pelas famílias, pelos bairros envolventes, pelas relações de vizinhança e instituições locais com responsabilidade na educação das crianças e dos jovens”.

### **Palavras-chave:**

Educação Física; 1.º Ciclo; Bem-Estar; Coadjuvação

**11MIIS-87565**

## **O método etnográfico e a intervenção social**

Ângelo Abrunhosa (Politécnico de Leiria)

Antónia Abrunhosa (Sociedade Portuguesa de Enfermagem de Saúde Familiar)

The ethnographic method seems appropriate for understanding a given cultural reality and this knowledge is an essential step in preparing social intervention.

This way, among the various types of existing research studies, it is considered pertinent to develop a critical reflection on the ethnographic method, which is qualitative, descriptive, analytical and explanatory of culture and its components, values, beliefs and practices.

The choice of this method is related to its conceptual richness, since it intends to discover, describe, understand and interpret a certain culture, having as a beginning the point of view of the members of the group (emic), filtered through the scientific perspective of the researcher (etic).

The goal of the present work is to make known the referred method, in its framework, in its concept, in its historical evolution and in its application, particularly as a useful tool for social intervention.

As for application of the ethnographic method, it was chosen to present it in three different time periods, although they are interconnected, given that this process is continuous. These moments are as follows: delimitation of the research and context of the investigation; the data collection process; from the process of treatment and analysis of the collected data to the investigation report.

The usefulness of applying the ethnographic method seems to have become clear, particularly in social intervention, although the choice of method has to be adequate to the object of the research study.

### **Palavras-chave:**

Cultura; Etnografia; Intervenção Social; Método

**11MIIS-87771**

**Partilha de experiências no acolhimento de migrantes em contexto escolar: o contributo da Educação Social**

Dário Filipe Gomes (Universidade de Vigo)

Cátia Magalhães (Escola Superior de Educação de Viseu)

Ana Cabral (Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa)

Deibe Fernández Simo (Universidade de Vigo)

Com o crescente movimento global da migração, a verdadeira inclusão de migrantes nas escolas tornou-se uma questão de relevante preocupação para os educadores, os professores, os técnicos, e para as comunidades.

Perante este fenómeno, pretende-se descrever e analisar as estratégias e programas implementados por um agrupamento de escolas da região centro do país, com o intuito de promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para os/as alunos/as migrantes. Deste modo, objetiva-se expor uma experiência/relato das práticas socioeducativas adotadas no acolhimento destes estudantes.

As principais práticas socioeducativas desenvolvidas incluíram: a promoção da diversidade cultural, a criação de um ambiente acolhedor, o desenvolvimento de currículos inclusivos, atendendo ao papel dos professores, dos estudantes e do pessoal não docente envolvido. Além disso, aspira-se, também, apresentar os desafios enfrentados pelo agrupamento, bem como as soluções adotadas para superá-los.

A abordagem adotada pela escola tem-se revelado positiva na promoção da inclusão de estudantes migrantes, permitindo-lhes, assim, alcançarem o seu pleno potencial escolar, social e cultural. As práticas adotadas poderão, eventualmente, ser replicadas e utilizadas noutras escolas que enfrentam obstáculos semelhantes no acolhimento de estudantes provenientes de outros países.

**Palavras-chave:**

Educação Social; Inclusão; Escola; Intervenção Socioeducativa

## **Territorialização das Políticas Educativas: o caso dos TEIP**

**11MIIS-22433**

## **Las políticas culturales municipales en Galicia. Análisis del perfil profesional en relación a los usos de sus tiempos**

Julio Esparís Pereiro (Universidade de Santiago de Compostela)

Rita Gradaille Pernas (Universidade de Santiago de Compostela)

Las profesionales que trabajan en el ámbito cultural en clave municipal, ya sean animadoras socioculturales, gestoras culturales, expertas u ocupen roles equivalentes, desempeñan una labor que, cuando se ejecuta correctamente, tiene un componente educativo importante. Esto se debe a que su trabajo tiene el poder de transformar y dinamizar las comunidades.

Sin embargo, la influencia de su labor varía según varios factores, entre los que podemos destacar el contexto municipal y las diferencias de género. Ejemplo de esto es que, en regiones rurales de Galicia, y en áreas similares, existen características específicas que influyen en cómo estas profesionales llevan a cabo su trabajo. En consecuencia, resulta evidente que las personas que trabajan en cultura a nivel municipal son fundamentales para las comunidades locales, ya que actúan como catalizadores de estas realidades, centrándose de manera intensiva en el ámbito sociocultural en su trabajo e incluso fusionando sus horarios personales y profesionales. Esto se agrava aún más cuando se considera el género de estas profesionales, ya que a menudo enfrentan la falta de horarios fijos, dependen de una programación cultural inamovible y deben continuar su labor más allá de los horarios personales y familiares, lo que dificulta la conciliación.

Además de esto, surge otro problema relacionado con el trabajo de estas profesionales: la falta de coherencia por parte de la administración en la definición de sus roles, lo que varía significativamente de un municipio a otro.

Por tanto, esta investigación actual tiene como objetivo abordar estas cuestiones a través de un estudio de caso en Galicia. Busca definir las características clave del perfil profesional de las personas que trabajan en cultura a nivel municipal y analizar cómo la conciliación entre sus vidas personales y laborales en el ámbito cultural municipal afecta de manera desproporcionada a las personas de diferentes géneros.

### **Palavras-chave:**

Pedagogía Social; Animación Sociocultural; Municipios



11MIIS-36872

## Os educadores sociais em contexto escolar no distrito de Leiria: do mapeamento ao *modus operandi*

Patrícia Simões (ESECS.IPLeiria)

Susana Batista (NOVA FCSH, CICS.NOVA)

A escola é hoje um lugar onde se encontram atores de diferentes origens e culturas, um espaço plural transformado num “entreposto cultural” (Torres, 2008). Com a diversidade que a habita e com as várias transformações sociais em curso, o histórico e tradicional modelo escolar, centrado no princípio da homogeneidade, é desafiado e a escola é obrigada a repensar a sua missão, nomeadamente, numa tensão entre aposta em saberes e aprendizagens, por um lado, e resposta a questões sociais, por outro (Nóvoa, 2014).

Neste cenário de reconfiguração do seu papel, a escola é também confrontada com a abertura dos seus espaços a novos profissionais (Dionísio, 2017, 2022). Entre eles, emerge a figura do educador social, que fundamenta o seu trabalho no paradigma da mediação socioeducativa, matriz de intervenção na gestão e prevenção dos problemas que despontam nas escolas (Vieira & Vieira, 2016).

Nesta comunicação, pretende-se apresentar e discutir o projeto de investigação que visa caracterizar e compreender em que consiste a presença deste profissional no espaço escolar. Em que contextos escolares opera? De que forma exerce um papel diferenciador face a outros profissionais? Será que assume a figura de peça que faltava na escola contemporânea?

Contemplando uma abordagem de métodos mistos, o projeto estrutura-se em duas etapas, procurando, numa primeira, mapear a localização dos educadores sociais no distrito de Leiria, através de um inquérito por questionário. Num segundo momento, selecionar-se-ão alguns desses profissionais, em escolas específicas, pretendendo caracterizar o seu *modus operandi*, através da análise documental e da observação participante, e captar as perceções que os próprios e outros atores têm de si, através de entrevistas semiestruturadas.

O principal contributo deste estudo é (re)conhecer a dimensão do papel do educador social em contexto escolar, partilhando medidas que melhorem as condições e o impacto do trabalho destes profissionais no sistema de ensino.

### Palavras-chave:

Contexto Escolar; Educador Social; Mediação Socioeducativa; Reconfiguração da Escola

**11MIIS-47034**

**Municípios e escolas: competências sem competição no território local?**

Raquel Sofia Barbosa Vieira Barreto Ribeiro (Universidade de Aveiro)

António Augusto Neto Mendes (Universidade de Aveiro)

In order to the transference of competences to the municipalities from the central government, this study is very actual and necessary. With this study, we seek to contribute to deepening and systematizing knowledge about the process of transferring competences, the influence of “sociocommunity regulation” and the democratic management of Portuguese public schools. On one hand, the public school, with the assumption of universalization, school for all, equity and vehicle of social justice, conveyed by the normative discourse; on the other hand, the complexity in which the schools have become, inside and outside, in interactions with the territories local, which in terms of action become models of democratic or managerial management.

The finding seems to emphasize the concentration of local powers, going in the opposite direction to democratic decentralization. Understand the local territory of an educational community in a region of municipalities and schools, as a builder of educational policies, through the perceptions of local educational actors, at a time when public policies tend to see the democratic environment as an obstacle to effectiveness and efficiency, instead affirming proposals of a more managerial nature and aimed at modernizing public administration. We will develop a qualitative study, interpreting and understanding actions and relationships, regulations that occurs between local education actors. The case study will be on north of Portugal, in a CIM (Intermunicipality Community) with 11 municipalities and 37 schools.

The participants of this study will be designated as “privileged informants” due to the relevance of collecting data and perceptions of directors, presidents of general councils, president of the City Hall and other local and regional political decision-makers who, through their perceptions, will characterize the management model implemented in public schools and the possibility of designing a new public school management model.

**Palavras-chave:**

Public School Management; Local Educational Actors; Sociocommunity Regulation; Competences of Municipalities; Democracy

## **11MIIS-80514**

### **Políticas culturales en la administración municipal gallega. Realidades socioeducativas y perfiles profesionales**

Julio Esparís Pereiro (Universidade de Santiago de Compostela)

Rita Gradaille Pernas (Universidade de Santiago de Compostela)

La Animación Sociocultural es una praxis educativa que resulta enriquecedora y contribuye a transformar las realidades sociales; sobre todo en aquellos contextos que cuentan con unas singularidades propias como pueden ser los entornos rurales, pues carecen de las infraestructuras y los recursos que existen en el medio urbano.

Los trabajadores que ejercen esta profesión en la administración pública carecen de una regulación homogénea y bien definida; que deriva en nomenclaturas diferenciadas e incluso en distintas funciones profesionales según el contexto social en el que desarrollen su labor profesional. Una circunstancia que se debe, en gran medida, a la falta de consenso en la regulación de sus competencias según la administración pública (municipal, provincial o autonómica) de la que dependan.

En Galicia se desarrollaron estudios que abordaban esta cuestión, sin embargo, hoy en día carecen de vigencia como consecuencia de las transformaciones socioculturales que experimentaron las diferentes realidades sociales. Con todo, en la actualidad, se están desarrollando investigaciones e iniciativas que pretenden visibilizar las cuestiones antes mencionadas.

Bajo estas premisas, surge este estudio derivado de una tesis doctoral; que analiza la realidad de las funciones que desarrollan diariamente los profesionales y técnicos de animación sociocultural en los contextos rurales gallegos en las últimas dos décadas, en las políticas de carácter público y en las relaciones comunitarias; unos pilares en los que se sostiene la praxis educativa de la Animación Sociocultural.

A este respecto, se hizo un análisis pormenorizado de la Animación y la Gestión Sociocultural, indagando cómo las funciones profesionales – atendiendo a estos modelos de acción-intervención socioeducativa – se concretan en prácticas diferenciadas en los contextos rurales gallegos en el período 2000-2020.

#### **Palavras-chave:**

Políticas Culturales; Animación Sociocultural; Municipios; Pedagogía Social

## **Redes no Ensino Superior**

**11MIIS-23735**

**Ensino superior e desenvolvimento como liberdade: uma análise a partir do constructo teórico de Amartya Sen**

Pricila Cardoso Borba (Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL)

Sibeli Cardoso Borba Machado (Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL)

Nei Antonio Nunes (Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL)

Jacir Leonir Casagrande (Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL)

O objetivo da pesquisa consiste em refletir sobre as incumbências do ensino superior no desenvolvimento individual e coletivo dos sujeitos. Na discussão da noção de desenvolvimento utiliza-se a Teoria do Desenvolvimento como Liberdade, de Amartya Sen. Caracteriza-se como um estudo teórico apoiado num conjunto de artigos selecionados a partir da metodologia ProKnow-C. Ao considerar o Desenvolvimento como Liberdade, explora-se a relevância do ensino superior não somente como instrumento para a expansão da liberdade humana, mas, também, como um recurso que permite ao indivíduo uma transformação desejável. Nessa perspectiva, a construção de capacidades busca melhorar a condição humana, focalizando a condição de agente do processo de desenvolvimento. Faz-se necessário a busca por informações que possam contribuir à tomada de decisões, bem como a elaboração de políticas que favoreçam a ampliação das capacidades humanas. Tal compreensão revela elementos importantes para a tomada de decisões políticas, econômicas, culturais e sociais.

**Palavras-chave:**

Universidades; Ensino Superior; Desenvolvimento como Liberdade; Amartya Sen; Políticas Públicas

## 11MIIS-63461

### Doutoramentos nos Institutos Politécnicos ou doutoramentos conjuntos com investigadores de Institutos Politécnicos e de Universidades? A construção de um doutoramento internacional em rede

Ricardo Vieira (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)

José Carlos Marques (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)

Pedro Silva (ESECS.IPLeiria, CIE.UPorto e CICS.NOVA.IPLeiria)

Ana Maria Vieira (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)

Cristóvão Margarido (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)

Fernando Magalhães (ESECS.IPLeiria e CRIA)

Num momento em que se discute quais os Institutos Politécnicos Portugueses que terão condições para outorgar o grau de doutor, é importante refletir sobre o significado destas alterações para a formação e investigação avançada em Portugal. Neste âmbito, é relevante equacionar se a mudança terá apenas um significado estatístico, ao permitir aumentar quer o número e tipo de instituições que podem conceder o grau, quer o número de cursos de 3.º ciclo, sem atender à efetiva necessidade e procura destes cursos por parte dos estudantes. Ou se a alteração se constitui como uma oportunidade para a desconstrução dum certo paroquialismo – em que os cursos oferecidos por cada IES pouco ou nada diferem entre si – e avançar para o aprofundamento de cursos de 3.º ciclo que permitam envolver várias instituições e que se constituam como formas de extravasar fronteiras de conhecimentos frequentemente localizados. Trata-se, no essencial, de inquirir sobre a possibilidade de aprofundar diferentes modos de trabalhar em rede: de várias IES, universitárias e politécnicas, nacionais e estrangeiras; com estudantes/investigadores de vários países e com interesses científicos e paradigmáticos comuns.

Em síntese, a proposta de comunicação que aqui apresentamos dá conta da conceção e metodologia de construção de um curso internacional de doutoramento, em regime de *b-learning*. Uma formação desejavelmente diferenciadora, integrando estudantes e professores de vários países, com conteúdos programáticos optativos direcionados para realidades locais/nacionais específicas. Um curso em que as atividades académicas incluíam espaços de discussão de projetos de investigação, de pontos de vista e de epistemologias associadas.

No caso da experiência a apresentar, o doutoramento será na área da Pedagogia Social e da Mediação Intercultural, assente em epistemologias descolonizadoras, interculturais, dialéticas na construção do(s) conhecimento(s), respeitadoras dos etnossaberes de cada país e região envolvidos, e estimulará o trabalho em rede de IES Portuguesas, Africanas e Sul-Americanas.

#### Palavras-chave:

Trabalho em Rede; Epistemologias Emancipatórias; Conhecimento(s); Etnossaberes; Interculturalidade

**11MIIS-72274**

**Quem e porquê escolhe ingressar na licenciatura em Educação Social – análise da realidade em dois Institutos Politécnicos**

Evangelina Bonifácio (Instituto Politécnico de Bragança)

Maria Lopes de Azevedo (Instituto Politécnico de Portalegre)

Cristiana Pizarro Madureira (Instituto Politécnico de Leiria)

Com este artigo propõe-se partilhar uma caracterização dos estudantes que ingressam na licenciatura em Educação Social, realizada através da auscultação dos estudantes que, pela primeira vez, ingressaram, no presente ano letivo, no ensino superior em dois Institutos Politécnicos, em Portugal. Entendemos que para contribuir para a construção da identidade profissional do educador e da educadora social se impõe compreender, por um lado, quem são aqueles e aquelas que elegem frequentar a referida licenciatura e, por outro, compreender o porquê desta preferência, tentando-se, assim, responder às questões: quem e porquê escolhe ingressar na licenciatura em Educação Social? As razões subjacentes a este estudo prendem-se, sobretudo, com o facto de as investigadoras lecionarem no âmbito da licenciatura em Educação Social e acreditarem que conhecendo os públicos com quem se trabalha poder-se-á, contingentemente, adequar/melhorar as práticas profissionais, bem como coadjuvar, em conformidade com os dados/contributos recolhidos, no eventual reajuste dos Planos Curriculares da licenciatura em apreço. Por isso e para isso se justifica, através de uma metodologia qualitativa/interpretativa, aferir e compreender o perfil dos estudantes que ingressam na licenciatura em Educação Social e o que robustece as suas escolhas, dada a multiplicidade de contextos de intervenção que se assomam como abrangentes, múltiplos e diferenciados e o carácter polivalente do perfil profissional do educador e da educadora social.

**Palavras-chave:**

Educação Social; Identities; Perfil



11.<sup>a</sup> Conferência Internacional de Mediação Intercultural e Intervenção Social

## Territórios, Municípios, Redes e Parcerias: Mediação Intercultural e Intervenção Social

A 11.<sup>a</sup> Conferência Internacional de Mediação Intercultural e Intervenção Social, subordinada ao tema “Territórios, Municípios, Redes e Parcerias”, abre-se à participação de um vasto conjunto de profissionais e investigadores e à discussão de experiências de trabalho e de organização em rede (investigações, projetos, outras iniciativas). Potencialidades, sinergias, mas também dificuldades e até insucessos, bem como processos de mediação comunitária/intercultural, serão debatidos, durante os dias 23 e 24 de novembro de 2023, na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, em quatro Mesas temáticas:

- Territórios Municipais e Mediação Comunitária
- Ação Social, Redes, Parcerias e Desenvolvimento Comunitário
- Territorialização das Políticas Educativas: o caso dos TEIP
- Redes no Ensino Superior

Para além das comunicações livres, que serão apresentadas *online* e presencialmente, em 10 sessões de trabalho paralelas, cujos respetivos resumos aqui se registam, o evento contará ainda com três conferências e a apresentação de dois livros:

### *Teoria e Prática da Pedagogia Social, da Mediação Intercultural e da Intervenção Social*

(Orgs.: Ricardo Vieira, Victoria Pérez de Guzmán, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido, Rui Matos e Rui Santos)

### *O Regresso de Emigrantes no Portugal Contemporâneo*

(Orgs.: José Carlos Marques e Pedro Góis)

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e pela ESECS.IPLeiria.